



santa maria da feira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

EDITAL

AMADEU ALBERTINO MARQUES SOARES ALBERGARIA, Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira:-----

TORNO PÚBLICO que, nos termos e para os efeitos do disposto no Artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, em anexo ao presente edital e do qual faz parte integrante, a ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal de 4 de abril de 2020, aprovada na sessão ordinária de 26 de junho de 2020, e vai outro de igual teor ser publicado no sítio da Internet do Município de Santa Maria da Feira. -----

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 29 de junho de 2020. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,


(AMADEU SOARES ALBERGARIA)



ATA N.º 17 – No dia 4 de abril de 2020, reuniu às 14 horas e 15 minutos, passava já da hora marcada, por videoconferência, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, integrando ainda a Mesa o Sr. Mário Jorge de Castro Reis, 2.º Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Ata N.º 16 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2020;**
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;**
- 3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano 2019;**
- 4 – Alteração Orçamental Modificativa**
 - 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita**
 - 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa**
 - 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI**
 - 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano de Atividades Municipal - PAM;**
- 5 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2020;**
- 6 – Relatório de Gestão e Contas de 2019 da Feira Viva, Cultura e Desporto E.M. (para conhecimento);**
- 7 – Associação de Turismo do Porto e Norte**
 - Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual;**
- 8 – Programa de Apoio à Cultura;**
- 9 – Relatório de Atividades de 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento);**
- 10 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense**
 - Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27-09-2019****Protocolo entre o Município e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo**
 - Autorização da Assembleia Municipal;**
- 11 – Protocolo entre o Município e a Junta de Freguesia de Romariz**
 - Autorização da Assembleia Municipal;**
- 12 – Plano de Urbanização de Picalhos**



- Aprovação da versão final da alteração ao Regulamento. -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Sr. Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Srs. Vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, António Ferreira de Bastos, Lia Andreia Cristóvão Ferreira, Délio Manuel Ferreira Carquejo e Bruno Miguel de Sousa Mota. - Não participaram na videoconferência os Srs. Vereadores Vítor Carlos Latourrette Marques, António Milton Topa Gomes e Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira. -----

O Sr. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, começando por saudar todos os participantes na videoconferência.-----

Dando início aos trabalhos, deu nota da impossibilidade da 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia, Maria José Ferreira dos Santos, de participar na sessão, pelo que havia a necessidade de completar a Mesa. -----

Convidou, para esse efeito, a deputada municipal Eva Lúcia Fernandes da Costa, do grupo municipal do PSD, a qual aceitou o convite.-----

De seguida, informou da entrada na Mesa de 5 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Presidentes das seguintes Juntas de Freguesia:-----

- Milheirós de Poiares: Manuel António Martins de Melo (IND) – delegou a representação no Secretário do Executivo: Carmindo Joaquim Leite de Bastos;-----
 - Paços de Brandão: Firmino Gomes da Costa (PSD) – delegou a representação na Secretária do Executivo: Rita Micaela Ribeiro Marques;-----
 - Romariz: Anacleto de Sousa Costa (PSD) – delegou a representação na Tesoureira do Executivo: Alexandra Patrícia Moreira da Rocha;-----
 - União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior: Paulo Fernando Marques de Oliveira (PSD) – delegou a representação no Vogal do Executivo: Licínio Francisco de Sousa Costa Loureiro;-----
 - União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo: Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão (PSD) – delegou a representação no Tesoureiro do Executivo: Alberto de Oliveira Tavares. -----
-



Informou, ainda, que os membros Aldina dos Reis Camboa Cabral (PSD), António André da Silva Topa (PSD) e Maria José Ferreira dos Santos (PSD), solicitaram ser substituídos na presente sessão, pelo que, nos termos legais e regimentais, são substituídos pelos cidadãos imediatamente a seguir das respetivas listas, do modo a seguir discriminado: -----

- António Topa: substituído pelo João Luís Almeida Cunha, -----
- Aldina Cabral: substituída pela Cláudia Oliveira Antunes Correia (*uma vez que a cidadã seguinte da respetiva lista – Maria João Resende Lamas – fez comunicar à Mesa da impossibilidade de participar nesta sessão*),-----
- Maria José Santos: substituída pelo José Moreira de Jesus Castro.-----

Deu nota que também os membros José Manuel Milheiro de Pinho Leão, Serafim Manuel Rocha Guimarães e Susana Daniela Ferreira da Silva haviam solicitado a substituição nesta sessão, mas como, entretanto, foi decidido que esta sessão se realizasse por videoconferência, manifestaram a vontade de participar na mesma, pelo que dá sem efeito tais pedidos de substituição.-----

Sendo assim, encontravam-se a participar na videoconferência, no início da sessão, 52 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo Partido Social Democrata (PSD): -----
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Regina Maria Gonçalves da Silva; Carlos Eduardo Soares de Seixas; Susana Daniela Ferreira da Silva; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Eva Lúcia Fernandes da Costa; Rui Fernando Guedes Ribeiro; Ana Rafael Lima Lamas Barros; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Ana Patrícia Bastos da Cunha; Juliana Canedo Rocha; Jorge Paulo das Neves Pereira; João Luís Almeida Cunha; Cláudia Oliveira Antunes Correia; José Moreira de Jesus Castro; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Pereira dos Santos; Arrifana – Delfim Manuel Oliveira da Silva; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fiães – António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Lourosa – Armando Fontes Teixeira; Mozelos – José Carlos Pinto da Silva; Paços de Brandão – Rita Micaela Ribeiro Marques; Rio Meão – Mário Jorge de Jesus Castro; Romariz – Alexandra Patrícia Moreira da



Rocha; Santa Maria de Lamas – Lucídio Pereira Dias; São João de Ver – Nuno João Marques Soares Albergaria; São Paio de Oleiros – Maximino Francisco da Costa; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Licínio Francisco de Sousa Costa Loureiro; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo – Alberto de Oliveira Tavares;-----

Pelo Partido Socialista (PS):-----

Sérgio Manuel Murteira Cirino; Manuel Oliveira de Almeida; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro; Justino Santos Pinto; Rosa Maria Pinto da Silva; António dos Santos; Henrique Portela Madureira; Lúcia Catarina Azevedo Fernandes; Daniel Tavares Gomes; Tiago Oliveira Amorim Carneiro; Maria de Fátima Bastos Oliveira; e o Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Francisco Manuel de Oliveira Andrade;-----

Pelo Bloco de Esquerda (BE): Moisés Salvador Coelho Ferreira e Salomé Almeida Ventura;--

Pelo Partido Popular (CDS-PP): Ângelo Manuel Andrade Santos;-----

Pela Coligação Democrática Unitária (CDU): Filipe Ramiro Tavares Moreira;-----

Independente (IND): Carmindo Joaquim Leite de Bastos – em representação do Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares. -----

Entraram no decorrer da sessão: Rui Alves Rios – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura (PS) e Valdemar Alves da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Sanguedo (PS). -----

Seguidamente, e na sequência do decidido pela Assembleia na sua sessão de 23 de novembro de 2017, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia informou que essa relação foi enviada, por correio eletrónico, aos Srs. deputados municipais. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal entre a sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2020 e a presente sessão:-----

- “Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal,



remetendo, para os devidos efeitos, fotocópia da recomendação “Construção de um parque de desportos radicais no Concelho de Santa Maria da Feira”, aprovada por esta Assembleia no Período de Antes da Ordem do Dia da sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2020, bem como documento deixado à Mesa pelo membro Filipe Moreira (CDU), no decorrer da mesma sessão, a propósito da concessão dos parquímetros à empresa P. Parques; -----

- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 24 de fevereiro de 2020, para tratar do assunto “Site da Assembleia Municipal”;-----
- Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 10 de fevereiro de 2020;-----
- E-mail, por instrução do Vereador do Pelouro da Proteção Civil, Ambiente, Espaços Verdes, Saúde e Ação Social, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a comparência deste para tomar posse como membro do Conselho Municipal de Segurança de Santa Maria da Feira, a qual se realizou no decorrer da reunião de Câmara realizada no dia 9 de março de 2020; -----
- Convite do União da Mata Futebol Clube, ao Presidente da Assembleia Municipal, para estar presente no jantar comemorativo do 27.º aniversário daquele Clube, a realizar hoje, dia 4 de abril de 2020; -----
- Convite dos juizes da Festa da Sr.ª da Hora – São João de Ver, ao Presidente da Assembleia Municipal, para participar na procissão das velas, no dia 23 de maio de 2020, e, no dia 24, na missa solene e na procissão; -----
- E-mail, por instrução da Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, ao Presidente da Assembleia Municipal, dando a conhecer a recomendação “Garantir a realização de obras urgentes no IC2 – Oliveira de Azeméis que resolvam definitivamente a sinistralidade daquela via estruturante para o concelho de Oliveira de Azeméis”, aprovada, por unanimidade, por aquela Assembleia Municipal na sua sessão de 29 de fevereiro de 2020; -----
- Ofício da Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da



- Feira, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para os efeitos previstos na lei, o Relatório de Atividades de 2019 daquela Comissão; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta dirigida ao Ministério da Educação pelos deputados daquele grupo parlamentar, sobre as antigas instalações de escolas EB 2,3 e secundárias deixadas ao abandono; -----
 - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo intervenção proferida pelo Presidente da ANAM, no dia 4 de março de 2020, na Assembleia da República, na audiência da 13.ª Comissão da AR (Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local); -----
 - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da comunicação do CCRE – Conselho de Municípios e Regiões da Europa, dando conta do cancelamento do Congresso que o CCRE previa realizar de 6 a 8 de maio de 2020 em Innsbruck (Áustria); -
 - E-mail do Secretário-Geral da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), ao Presidente da Assembleia Municipal, informando, por incumbência do Presidente da ANAM, que aquela Associação decidiu, em reunião de Direção, face às circunstâncias atuais relacionadas com a pandemia do COVID-19, suspender todas as suas iniciativas e reuniões até ao próximo dia 15 de abril; -----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 17 de março de 2020; -----
 - Circular n.º 7/2020/AS da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo Boletim n.º 6/2020 daquela Associação;--
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----



- E-mail por instrução do membro deste Órgão – Anacleto Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando que o mesmo não pode estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, pelo que se faria representar na mesma pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Alexandra Patrícia Moreira da Rocha, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação;-----
- E-mail do membro deste Órgão – António Topa, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, por motivos de saúde, solicitando ser substituído na referida sessão; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Aldina Cabral, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, por se encontrar em quarentena devido à pandemia do Covid-19, solicitando ser substituída na referida sessão;-----
- E-mail do membro deste Órgão – Susana Silva, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, por motivos de ordem familiar, solicitando a justificação da sua falta; ----
- E-mail do membro deste Órgão – Serafim Guimarães, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, por pertencer a grupo de risco no âmbito da pandemia do Covid-19, solicitando ser substituído na referida sessão;-----
- E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, por pertencer a grupo de risco no âmbito da pandemia do Covid-19, solicitando ser substituído na referida sessão;-----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, realizada no dia 31 de março de 2020;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, relativo a adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020;-----
- Ofício do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal,



- informando-o, bem como à Exma. Câmara, de adenda à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020;-----
- E-mail, por instrução do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para efeitos do disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020;-----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o despacho n.º 10/2020 de ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Santa Maria da Feira;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Maria José Santos, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, devido ao contexto pandémico que se atravessa e por o seu marido pertencer ao “grupo de risco”, solicitando a justificação da sua falta;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Paulo Oliveira, Presidente da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, pelo que delega a sua representação na mesma no Vogal daquela Junta de Freguesia – Licínio Francisco de Sousa Costa Loureiro;-----
 - Ofício da Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, da Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 24 de fevereiro e 9 de março de 2020;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Firmino Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, pelo que se faria representar na mesma pela Tesoureira daquela Junta de Freguesia – Rita Micaela Ribeiro Marques, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação;-----
 - E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem este Órgão, informando da alteração do modo de realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, a qual será realizada por
-



- videoconferência, devido ao contexto de pandemia do Covid-19; -----
- E-mail, por instrução do Presidente da Assembleia Municipal, ao Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da alteração do modo de realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, a qual será realizada por videoconferência, devido ao contexto de pandemia do Covid-19;-----
 - E-mail, por instrução do membro deste Órgão – Fernando Leão, Presidente da União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, ao Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 4 de abril de 2020, pelo que se faria representar na mesma pelo Tesoureiro daquela Junta de Freguesia – Alberto de Oliveira Tavares, bem como remetendo o respetivo documento de delegação de representação.”-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de três documentos para serem apreciados – uma recomendação e um voto de louvor da CDU, e uma recomendação do BE – que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão e que foram enviados, por correio eletrónico, aos membros desta Assembleia. -----

Informou que, conforme acordado pela Comissão Permanente, concederia a palavra, por três minutos, a cada um dos grupos municipais, que usariam esse tempo conforme entendessem, nomeadamente para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Os documentos em referência são do seguinte teor: -----

“(CDU) RECOMENDAÇÃO: SERVIÇOS DE ÁGUA E SANEAMENTO -----

Assunto: Cobrança de água e saneamento no município-----

O surto epidémico do COVID-19 que o país e o mundo enfrentam exige, natural e prioritariamente, a adoção do conjunto de procedimentos de prevenção adequado, incluindo medidas sanitárias que é preciso ampliar, em que os serviços de saúde pública desempenham papel crucial, acompanhadas, em simultâneo, das medidas indispensáveis de capacitação da resposta clínica, com o reforço do Serviço Nacional de Saúde em todos os seus planos. -----

A par destas medidas, e considerando o atual estado de emergência que está a ter um impacto



alargado em muitas famílias, levando a cortes de rendimentos acentuados, urge a tomada de posição para a criação de medidas sociais e de solidariedade que minimizem este impacto na vida de muitos milhares de feirenses. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 4 de abril de 2020, recomenda: -----

- 1) Que se tomem diligências junto da empresa concessionária de água e saneamento para que nenhum munícipe se veja na impossibilidade de aceder a estes serviços; -----
- 2) Que seja reduzido ao mínimo os cortes relacionados com a manutenção da rede de água e saneamento; -----
- 3) Que seja adiado o aumento previsto dos serviços de água e saneamento; -----
- 4) Que seja dada flexibilidade de pagamento dos serviços de água e saneamento.” -----

“(CDU) VOTO DE LOUVOR: AOS TRABALHADORES QUE ASSEGURAM A QUALIDADE DE VIDA E SEGURANÇA NO MUNICÍPIO -----

Vivemos um momento de grande complexidade e incerteza, um momento que exige que tudo seja feito para combater o surto de COVID-19, ao mesmo tempo que se assegura a continuidade de um conjunto de atividades fundamentais para responder às necessidades de bens e serviços das populações, assegurar a sua saúde, segurança e bem-estar. -----

O atual surto epidémico tem de ser enfrentado, prevenido e combatido com determinação, mobilizando os meios e os recursos indispensáveis à defesa da saúde e da vida, para o que são imprescindíveis os trabalhadores, aos quais deve ser garantida uma adequada proteção sanitária. -----

Neste quadro são muitos os profissionais que têm desempenhado as suas funções de forma exemplar, como seja os trabalhadores da área da saúde, socorro, segurança, higiene, comércio, transportes e operários que têm contribuindo para que todos tenham acesso aos serviços e recursos mínimos garantidos com a segurança que se exige ao momento. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 4 de abril de 2020, delibera louvar todos os profissionais que, diariamente, com o seu trabalho, contribuem para que o município de Santa Maria da Feira continue a preservar as condições de manutenção da vida coletiva que, no atual momento, se revestem de uma importância ainda maior.” -----



“(BE) RECOMENDAÇÃO: MEDIDAS DE EMERGÊNCIAS PARA REFORÇO DO COMBATE À PANDEMIA DO COVID-19 NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Portugal entrou na fase de mitigação no combate à pandemia do Covid-19. Isso equivale a reconhecer que a penetração do novo coronavírus deixou de ter rasto conhecido e passou a ser disseminado pela própria comunidade. Tal significa que a atuação dos poderes públicos passou a ser orientada para a defesa de cada comunidade no seu conjunto, para além do papel insubstituível do SNS na defesa da saúde pública e no combate à expansão do covid-19 no país e em cada território. Nesta nova fase da evolução da pandemia no país – a fase de mitigação – cresce em importância o papel das autarquias enquanto agentes de saúde pública na defesa das populações, da economia e dos modos de vida que caracterizam cada um dos territórios a nível local e regional. -----

O país aplicou e vai continuar a aplicar medidas excecionais com as quais o Bloco de Esquerda está solidário. O Bloco tem feito diversas propostas que a serem levadas a cabo permitirão uma melhor resposta de saúde pública e uma maior proteção da população, seja a nível de saúde, seja a nível laboral, económico e social. São exemplos as propostas de requisição civil de hospitais privados para fortalecer a capacidade do SNS, o reforço de meios para proteção pessoal dos profissionais de saúde e setores da população de risco, nomeadamente através da intervenção e reorientação da capacidade industrial para a produção de materiais e equipamentos imprescindíveis, assim como a proteção especial aos grupos mais vulneráveis à Covid-19, a proibição de despedimentos ou a suspensão de corte de fornecimento de bens essenciais enquanto durar a epidemia. -----

A autarquia de Santa Maria da Feira dispõe de meios que podem e devem ser ativados para responder a esta crise. É responsável por serviços públicos fundamentais e de proximidade. Conta com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações e com meios e equipamentos que podem e devem ser direcionados para a resposta à crise que estamos a viver. -----

Deste modo, consideramos que a autarquia de Santa Maria da Feira, dentro das suas competências e âmbito de ação, pode e deve fazer mais e melhor em defesa da população e do seu território. -----

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em sessão ordinária de 4 de abril de 2020, recomenda a implementação de um programa com medidas de



emergência para reforço do combate à pandemia do Covid-19: -----

1 – Serviço Nacional de Saúde: Mobilização de recursos das autarquias para retirar pressão do SNS e proteger a população nomeadamente através da disponibilização de instalações públicas e privadas que poderão ser transformadas em hospitais de campanha ou outro tipo de espaços que venham a ser necessários; Disponibilização de viaturas e motoristas que não estejam adjudicados a atividades essenciais para maior abrangência das equipas domiciliárias do SNS na prestação de cuidados domiciliários e da população com doenças crónicas e para transporte e entrega de medicação apenas disponível em farmácias hospitalares. -----

2 – Idosos e pessoas com deficiência: Identificar idosos e pessoas com deficiência que tenham ficado isolados em casa devido à crise e ao encerramento temporário de Centros de Dia e outros equipamentos sociais para pessoas dependentes, incluindo-as no programa de visitas das equipas sociais para distribuição de refeições quentes, garantia de higiene, entrega de medicamentos e acompanhamento pessoal, via chamada telefónica ou em regime de proximidade, através dos serviços sociais da autarquia. A autarquia deve ainda acompanhar proativamente os Lares de Acolhimento de Idosos garantindo o cumprimento das normas de higiene e segurança exigidas pela DGS, sendo que, nos casos onde não possam ser cumpridas, garantir condições para o realojamento dos idosos.-----

3 – Refeições escolares: Assegurar a confeção de refeições em regime de *take-away* para as crianças de escalão A e B da ação social escolar, distribuindo pequeno-almoço, almoço e lanche a quem necessitar, garantindo que as crianças cumprem o normal equilíbrio nutricional, atendendo a que muitos destes alunos dependem da escola para uma alimentação de qualidade. -----

4 – Proteger os trabalhadores: Cumprir a prioridade nacional de defender o emprego à escala local, garantindo que a autarquia e as empresas municipais não despedem trabalhadores durante a crise, renovando ou prolongando eventuais contratos a prazo e mantendo 100% dos seus salários. Igualmente, no setor privado, não devem ser toleradas quaisquer situações de *bullying* social sobre os trabalhadores. Por outro lado, nas empresas que se mantêm em funcionamento deve ser exigível que todas as regras de segurança para proteção dos trabalhadores sejam cumpridas, podendo o município disponibilizar apoios, em caso de necessidade.-----

5 – Garantir o direito à habitação: Mobilizar todas as respostas possíveis para assegurar o



direito à habitação como resposta aos efeitos destruidores da pandemia na saúde das populações. Para isto, propõe-se suspender as rendas nos parques habitacionais municipais nas situações onde haja a redução do rendimento das famílias. Da mesma forma que não devem ser admitidos quaisquer despejos no município, no mínimo durante o período enquanto durar a pandemia. A autarquia deve garantir alojamento digno e seguro a pessoas sem abrigo e a pessoas que vivam em habitações insalubres e sem condições para fazer isolamento profilático ou quarentena, recorrendo, se necessário for, em articulação com o Estado central, à requisição de unidades hoteleiras ou de imóveis que não estejam ocupados. -----

6 – Acesso à Água e serviços essenciais: Os Serviços Municipais de Água e Recolha de Resíduos, da responsabilidade direta ou indireta do município, devem garantir o fornecimento contínuo do serviço durante o período pandémico do Covid-19. No acesso à água, além da proibição do corte no fornecimento, é necessário garantir que não há lugar a penalizações, multas e juros de mora por atraso de pagamento, e admitir a gratuidade do consumo essencial, determinado por escalões de consumo e número de pessoas do agregado. -----

7 – Não permitir que a democracia fique de quarentena. Nesse sentido, todas as reuniões de Câmara e Assembleia Municipal que venham a realizar-se durante o período de emergência deverão ser transmitidas on-line, possibilitando a participação dos eleitos e acompanhamento por parte dos cidadãos à distância.” -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Como sabemos, hoje vivemos uma crise de saúde pública que trará um grande impacto quer a nível económico, mas também a nível social. -----

Acontece que o país está a aplicar e vai continuar a aplicar medidas excecionais com as quais o Bloco de Esquerda está obviamente solidário, mas cresce a importância do papel das autarquias enquanto agentes da saúde pública na defesa das populações, da economia e dos modos de vida. Isto porque a autarquia é responsável por serviços públicos fundamentais e de proximidade, conta com trabalhadores que conhecem bem o território e as populações, e com meios e equipamentos que podem e devem ser direcionados para a resposta à crise que estamos a viver. -----

E, portanto, sabemos que a autarquia tem já adotado um conjunto de medidas municipais de



combate à Covid-19 e que o irá fazer, mediante as necessidades, tendo sido ativado, inclusive, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.-----

Deixamos, por isso, um pequeno contributo, com medidas de emergência para reforço do combate à pandemia do Covid-19, que possam essencialmente minimizar o impacto social que esta pandemia nos trará.-----

Nomeadamente, sobre o Serviço Nacional de Saúde destacamos a proposta que prevê a disponibilização de viaturas e motoristas que não estejam adjudicados a atividade essenciais, para uma maior abrangência das equipas domiciliárias do SNS, nomeadamente na prestação de cuidados domiciliários e na população com doenças crónicas, e para transporte, por exemplo, e entrega, de medicamentos que estarão apenas disponíveis em farmácias hospitalares.-----

Consideramos também fundamental identificar idosos e pessoas com deficiência que tenham ficado isolados em casa devido à crise e ao encerramento temporário de Centros de Dia e outros equipamentos sociais para pessoas dependentes, incluindo-os, assim, no programa de visitas das equipas sociais para distribuição de refeições quentes, garantia de higiene, entrega de medicamentos ou outro tipo de acompanhamento.-----

Consideramos que a autarquia deve também acompanhar proativamente os Lares de Acolhimento de Idosos, garantindo o cumprimento das normas de higiene e segurança exigidas pela Direção-Geral de Saúde, sendo que nos casos onde não possam ser cumpridas, garantir condições para o realojamento desses mesmos idosos.-----

Consideramos também importante e fundamental proteger os trabalhadores, nomeadamente os trabalhadores da autarquia e das empresas municipais, e garantir que não haja despedimentos durante a crise, renovando ou prolongando eventuais contratos a prazo e mantendo 100% dos seus salários.-----

Outra questão que nos parece importante é garantir o direito à habitação, nomeadamente a suspensão das rendas nos parques habitacionais municipais, nas situações onde haja, obviamente, a redução do rendimento das famílias, da mesma forma que não devem ser admitidos qualquer tipo de despejos no Município, no mínimo enquanto durar o período da pandemia.-----

Outra questão que nos parece muito importante é o acesso à água e aos serviços essenciais, nomeadamente na recolha dos resíduos, sejam eles da responsabilidade direta ou indireta do



Município, que deve garantir o fornecimento contínuo do serviço durante o período pandémico do Covid-19. -----

No acesso à água parece-nos também fundamental que, além da proibição do corte do fornecimento, é necessário garantir que não há lugar a penalizações, multas ou juros de mora pelo atraso no pagamento, e admitir a gratuidade no consumo essencial, que pode ser determinado por escalões de consumo e número de pessoas do agregado. -----

Por fim, verificamos que esta reunião já está a ser realizada por videoconferência, vimos também que as reuniões de Câmara passarão a ser feitas por videoconferência, mas parece-nos fundamental que, num período como este, estas reuniões deverão ser transmitidas on-line possibilitando deste modo, por um lado, a participação dos eleitos e o acompanhamento por parte dos cidadãos à distância.” – Fim de citação. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Salomé Ventura deu ainda nota que o BE iria votar favoravelmente a recomendação e o voto de louvor apresentados pela CDU. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que se iria abster de comentar os documentos trazidos pela CDU dado que os mesmos foram previamente disponibilizados a todos os membros e não são documentos muito políticos, que careçam de uma grande explicação, pelo que iria aproveitar esta intervenção para tecer alguns comentários e para colocar algumas questões à Câmara Municipal. -----

Disse que, antes de mais, queria fazer uma saudação particular à iniciativa Farol, da Câmara Municipal, comentando que a crise sanitária trouxe alguns problemas sociais que já se estão a verificar, como o abandono e a exclusão social, entre outros problemas que afetam principalmente os idosos, daí querer saudar essa iniciativa que tem sido seguida, também, por outras autarquias da região. -----

Referiu, ainda em relação à crise sanitária que se vive, que queria questionar à Câmara Municipal que medidas tem para o apoio social, nomeadamente no agilizar de pagamentos de impostos à Câmara, uma vez que as pessoas não podem sair de casa ou têm dificuldades em fazê-lo, e atendendo a que muitas famílias foram afetadas com cortes nos rendimentos que podem ultrapassar os 50%, como acontece no caso de haver despedimentos. -----

Disse que outra questão tem a ver com o apoio a dar aos estudantes, salientando que muitos deles tiveram aulas à distância e que, pelo que tudo indica, continuarão a ter no 3.º período do



ano letivo em curso, questionando se a Câmara Municipal tem alguma iniciativa para apoiar os estudantes que não tenham acesso à internet ou que não tenham equipamentos para poderem aceder às aulas à distância. Referiu que foi noticiado que muitas aulas vão ser dadas através da televisão, mas que é sabido que esse meio é manifestamente insuficiente e que, por isso, será sempre preciso o acesso à internet ou, pelo menos, ao telefone, para que tais alunos possam ter as aulas. -----

Questionou também à Câmara Municipal se tomou algumas diligências junto da Indaqua Feira para que haja um facilitar, pelo menos, do pagamento das despesas, uma vez que as pessoas vão consumir mais água porque estão em casa e, conseqüentemente, vão ter mais despesa, quando, por outro lado, têm menos rendimento no final do mês. -----

De seguida, perguntou se a Câmara Municipal estava a prever atrasos em algumas das obras em curso e, se sim, se podia indicar quais, bem como se previa algum atraso no arranque de obras que já estavam previstas. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse ser do conhecimento geral que a empresa P. Parques deixou de cobrar os estacionamento nesta altura de crise, salientando que essa empresa fez bem em tomar essa medida porque cada agregado familiar apenas tem direito a um lugar de estacionamento e as pessoas, estando em casa, têm de ter onde estacionar as suas viaturas. Referiu que, contudo, queria questionar se foi a Câmara Municipal que solicitou a implementação desta medida e se há alguma contrapartida prevista para a empresa, bem como aproveitar para questionar se a P. Parques pagou atempadamente o valor referente ao mês de fevereiro, isto caso o tenha pago. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que espera que, nas próximas sessões a realizar por esta Assembleia Municipal, possa ser usada a internet para se fazer chegar as sessões aos munícipes, para que possam assistir e tomar conhecimento das matérias discutidas. -----

Em relação aos documentos trazidos pela CDU e BE informou que os subscreve e que os iria votar favoravelmente. -----

Aludiu, de seguida, à situação de pandemia que se está a viver para referir que gostava que lhe fosse dada uma explicação assertiva quanto à questão dos idosos que estão institucionalizados em equipamentos no Concelho, e respetivos funcionários, serem, nos próximos dias, testados



de forma gratuita ao Covid-19, comentando que a questão dos lares de idosos é uma autêntica bomba relógio que vai afetar toda a comunidade. Salientou que existem cerca de 2000 idosos institucionalizados no Concelho e que, se calhar, se está a perder demasiado tempo, questionando se o Município está disponível para assumir e executar esses mesmos testes caso as entidades nacionais não o façam.-----

Referiu que também queria questionar sobre uma eventual instalação de um hospital de campanha de suporte ao Hospital S. Sebastião, dando nota que outros municípios têm feito esse tipo de prevenção e que considera que, abrangendo o Hospital S. Sebastião cerca de 350 mil utentes, deve existir um hospital de campanha, com a coadjuvação da Cruz Vermelha, do Exército, do INEM e do próprio Hospital S. Sebastião. Realçou que não se deve estar à espera que seja necessário esse hospital de campanha para, só então, se proceder à sua instalação, realçando que esta seria uma medida preventiva para se poder dar resposta a um pico de maior intensidade de contaminados que possa haver nesta região.-----

Disse também ter recebido desabafos de muitas pessoas, que trabalham em várias empresas e instituições, e até mesmo no Sistema Nacional de Saúde, que dizem estar carentes dos equipamentos de proteção individual.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos disse saber que toda a gentes está à procura desse material, mas que, contudo, queria questionar se a Câmara Municipal prevê adquirir mais algum desse equipamento ou se terá de ser a sociedade civil a tentar remediar a situação, para que exista um mínimo essencial desse equipamento nessas instituições. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente as duas recomendações em apreço, bem como o voto de louvor. -----

Referiu que também queria manifestar o apoio dos eleitos do PS a tudo o que a Câmara Municipal queira levar por diante na luta contra a pandemia de Covid-19, dizendo julgar que esta é uma altura em que devem ser tomadas as decisões que se impõe, sem receio de arriscar no que é bom para os feirenses e sem considerar como primeira prioridade os custos dessas medidas, ressaltando que os custos passam a ser a última prioridade. -----

Salientou que, como exemplo, referia a possibilidade de se protocolar a realização de testes a todos os utentes e funcionários dos lares de idosos, frisando que esta é uma situação que deveria ter merecido todo o interesse face à dimensão que esse problema poderá ter. -----



Disse que o que interessa ressaltar, neste momento, é que se vive num período singular, em que se trava uma batalha contra uma pandemia, onde não se pode, de forma alguma, facilitar ou aligeirar os cuidados a ter nesta situação que está a matar muita gente e que está mesmo a abalar os alicerces da sociedade, em que cada pessoa vê familiares e amigos a perderem os empregos.-----

Realçou que o medo, quase pânico, começa a apoderar-se de muitas pessoas perante tamanha ameaça, comentando que, quando sai de casa para trabalhar ou ir fazer compras, sente o medo no ar, vê as pessoas tristes e apagadas, a quase não se cumprimentarem quando se cruzam, todos se questionando quando é que este pesadelo vai terminar. Frisou que, portanto, esta é uma altura de poucas certezas, em que as pessoas se dão conta que, sozinhas, nada conseguem, que todas precisam umas das outras.-----

Referiu que quando se vê os profissionais do Serviço Nacional de Saúde, de bata branca, a lutar contra este inimigo invisível, como heróis e heroínas que arriscam as suas vidas para salvar as vidas dos outros, bem como se vê outros heróis e heroínas atrás de um balcão no supermercado, nos bombeiros, nas IPSS, nas forças de segurança, nos serviços públicos estatais e municipais, neles se encontra a força e a energia para pensar que, juntos, se conseguirá vencer esta batalha.-----

Destacou que, em Portugal, quando é pedida união aos portugueses, eles unem-se, demonstram ser uma nação solidária, que luta sem se render, acrescentando que este é o tempo de todos darem as mãos, ficarem em casa e respeitarem as normas, de enviarem mensagens de ânimo e propagarem uma onda que deve ser de alegria, mesmo perante o momento, de lutarem em família, ou até sozinhos, para se vencer esta batalha.-----

Frisou que esta situação tornará Portugal, certamente, um país mais forte, salientando que também o Concelho de Santa Maria da Feira será mais forte e que as pessoas se tornarão mais fortes porque aprenderão o que realmente é importante na vida e aprenderão que, apesar de sozinhas chegarem mais rápido, juntas chegam mais longe.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino realçou que, portanto, esta é uma altura de agir porque, pelas pessoas, tudo vale a pena fazer, reforçando que a Câmara Municipal pode contar com o PS para tudo aquilo que entender necessário no combate à pandemia.-----



3
Eduardo

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que se congratula com a intervenção feita pelo membro Sérgio Cirino, bem como se congratula com a atitude proativa da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pela ação imediata desta em ajudar todos os que precisam, dizendo que tal atitude deve orgulhar a todos. -----

Referiu que a rede social concelhia, que foi constituída há cerca de 2 anos e que tem sido reforçada, está a dar uma preciosa ajuda às populações mais necessitadas, pelo que deixava um bem-haja às entidades que a compõem pela ação que têm levado a cabo. -----

Disse que, conforme mencionado pelo Sérgio Cirino, é hora de união, e não de divisão, acrescentando, sobre o voto de louvor aos trabalhadores que asseguram a qualidade de vida e segurança no Município, que o grupo municipal do PSD o iria votar favoravelmente, mas, contudo, sem deixar de lamentar que não tenham sido incluídos no voto o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, comentando que estes têm trabalhado sete dias por semana, de forma incansável, para coordenar e implementar as medidas que foram postas em campo, e também merecem um grande voto de louvor. Reforçou que o grupo municipal do PSD iria votar favoravelmente o voto de louvor, mas que o fazia realçando que a Câmara Municipal está na grande frente desta batalha contra a pandemia de Covid-19. -----

Em relação à recomendação da CDU sobre os serviços de água e saneamento, informou que o grupo municipal do PSD também a iria votar favoravelmente. -----

Concluindo a sua intervenção o membro José Manuel Leão disse, a propósito da recomendação do BE relativa às medidas de reforço do combate à pandemia de Covid-19 no Concelho, que o grupo municipal do PSD a iria votar contra apenas pela razão de que se trata de um aproveitamento político, pois apenas recomenda aquilo que a Câmara está, e muito bem, a fazer. -----

De seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos face às questões colocadas, começando por aludir à questão sobre os eventuais atrasos nas obras para dizer que, caso os empreiteiros peçam uma prorrogação do prazo para a conclusão das mesmas, a Câmara concederá essa prorrogação graciosamente. Salientou que a Câmara irá deixar essa questão ao critério das empresas, fazendo notar que algumas quererão continuar as obras, mas que outras não o pretenderão fazer, por qualquer motivo, entre os quais pode estar uma quebra no fornecimento de materiais ou até porque alguns trabalhadores não quererão



(Handwritten signature)

trabalhar perante a situação de pandemia que se verifica.-----

Em relação à questão da P. Parques referiu que, de facto, essa empresa interpelou a Câmara, no início do passado mês de março, informando que tencionava deixar de cobrar o estacionamento na cidade de Santa Maria da Feira, durante a situação da pandemia de Covid-19, ao que a Câmara, como entidade concedente da concessão, disse não se opor a isso, tendo a P. Parques deixado de cobrar o estacionamento. Realçou que, contudo, a P. Parques pediu ainda que, durante o mesmo período, não efetuasse os correspondentes pagamentos à Câmara, fazendo notar que, apesar de inicialmente ter sido dada anuência à empresa para tal, a Câmara vai analisar melhor essa situação, até em termos jurídicos, para, depois, responder à P. Parques em conformidade. -----

Disse também querer dar uma nota sobre a Indagua Feira, salientando que, apesar da generalidade dos partidos estarem a ter um comportamento correto perante a situação pandémica, aos quais agradece, outros não o têm tido, comentando que, usando-se uma meia verdade, foi criada uma certa onda de contestação à Câmara no âmbito da atuação da Indagua Feira, fazendo sobressair que uma meia verdade é mais dura do que uma falsidade e que essa situação o deixou magoado. Salientou que a Indagua Feira propôs a atualização do tarifário, de acordo com o contrato da concessão, e que essa atualização foi aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião de 16 de dezembro de 2019, tendo entrado em vigor em janeiro de 2020, mas que houve pessoas que, de maneira falsa, vieram transmitir para a opinião pública que essa atualização tinha sido executada em março de 2020. -----

Referiu querer realçar o papel da Indagua Feira porque considera justo fazê-lo, dando nota que, apesar da concessionária não ter feito disso uma bandeira, suspendeu os cortes de água no dia 11 de março, bem como produziu a faturação dos consumos não domésticos tendo por base leituras reais, comentando que isso é muito importante para as empresas porque o consumo por estimativa é feito com base nos consumos anteriores, e como as empresas começaram a consumir menos água são beneficiadas com as leituras reais, uma vez que não são atingidos tantos escalões.-----

Realçou que, para além disso, a Indagua Feira garante que existe água na torneira e assegura o tratamento dos esgotos, comentando que a empresa tem o pessoal necessário para garantir a operacionalidade dos trabalhos, tendo um terço dos colaboradores ao serviço e os restantes de prevenção para o que for necessário.-----



Informou que a Indaqua Feira também já disponibilizou os seus camiões de transporte de água para serem usados na desinfeção das ruas, e que a Câmara vai aproveitar isso, estando a ser operacionalizada essa situação no terreno. -----

Fez também notar que a Câmara tem a garantia da Indaqua Feira de que esta está disponível para negociar qualquer outra medida que a Câmara queira implementar, reforçando que queria deixar esta nota de agradecimento à Indaqua Feira porque, por vezes, existe alguma injustiça em determinadas afirmações que se fazem. -----

De seguida o Sr. Presidente da Câmara disse que, para contextualizar os membros desta Assembleia quanto às medidas tomadas pela Câmara no âmbito do combate à pandemia de Covid-19, que passaria a enumerar a generalidade das medidas tomadas desde o início do passado mês de março. -----

Informou que, no dia 5 de março, foi feito o Plano de Contingência do Grupo Municipal, de acordo com a Lei, e que no dia 11 de março, por seu despacho, foram encerrados ao público os equipamentos culturais, desportivos e turísticos, bem como suspendidas as atividades de programação não essenciais, acrescentando que, no dia 13 de março, proferiu um despacho de reorganização dos serviços face à nova realidade. -----

Disse que, em 16 de março, foram disponibilizados tablets aos agrupamentos para cedência aos alunos carenciados de todos os níveis de ensino e que não tinham a possibilidade de acompanhar as aulas pela internet, realçando que, nesse mesmo dia, foi efetuado um reforço da plataforma interativa de conteúdos eduFeir@, para suporte dos processos de ensino-aprendizagem à distância. Informou que todos os professores do primeiro ciclo tiveram formação, assim como foram disponibilizadas senhas de acesso a todos os 4.117 alunos, dando ainda nota que, neste momento, existem 1.633 alunos e 108 professores que acedem à plataforma eduFeir@, que existem 72 pedidos de computadores, e que estão a ser cedidos tablets das escolas, tendo o agrupamento de Arrifana já começado a distribuição. -----

Referiu que, ainda em 16 de março, foi constituída uma área específica no portal do Município na internet, muito focada nas questões relacionadas com a pandemia de Covid-19, bem como foi lançada uma campanha de comunicação na rede de mupies e outdoors do Município para sensibilização da comunidade para a necessidade de ficarem em casa. -----

Disse que, também no dia 16 de março, foi lançado o programa “Feira Acolhe! Com



Coração”, informando tratar-se de um serviço de acolhimento dos filhos dos profissionais dos serviços essenciais. Referiu que se constatou que os profissionais de saúde, das forças de segurança e de outros serviços essenciais estavam a pôr a hipótese de ficarem a descansar alojados em tendas, situação que levou a Câmara a contactar os hotéis da cidade, os quais se disponibilizaram para acolher estes profissionais. Informou que esses hotéis já estão a ser usados por um numero muito significativo destes profissionais, dando ainda nota que, até ao final de março, esse serviço foi gratuito, tendo a Câmara começado a pagar essa despesa a partir deste mês de abril. -----

Referiu que, ainda no dia 16 de março, foi temporariamente suspenso o atendimento presencial nos serviços do Município, tendo-se mantido o atendimento não presencial, através do telefone ou da internet. -----

Disse que, no dia 19 de março, reuniram todos os municípios da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (AMTSM), com vista à execução de medidas concertadas, entre as quais a instalação do centro de rastreio Covid-19 no Europarque e a aquisição de ventiladores para reforço de meios do Serviço Nacional de Saúde no Centro Hospitalar Entre Douro e Vouga (CHEDV). Informou que, se a memória não lhe estava a falhar, da parte da AMTSM o reforço é de 10 ventiladores, sendo que 5 já foram pagos e os restantes estão em processo de aquisição, acrescentando que, para além desses, existem mais uns poucos que foram oferecidos por entidades privadas, comentando que, no final, o reforço será de 15 ou 16 ventiladores. -----

Deu nota que, no dia 20 de março, foi disponibilizada informação sobre os estabelecimentos de restauração com serviço de take-away, realçando que se estava a constatar que os motoristas dos transportes coletivos, dos camiões TIR, entre outros, andavam muitas vezes perdidos nas povoações à procura de um sítio onde comer, porque os restaurantes estão fechados, daí a Câmara ter decidido disponibilizar, on-line, uma lista de todos os restaurantes que têm serviço de take-away para que todos saibam onde podem ir buscar a comida. -----

Disse que, também em 20 de março, foi lançada uma linha de atendimento permanente às empresas, em que 4 técnicos da Câmara estão a atender e informar os empresários sobre os meios que podem ter ao dispor para ajudar as empresas a ultrapassar esta situação. -----

Informou que, no dia 21 de março, foi aberto o centro móvel de rastreio à Covid-19 no Europarque. -----



Transmitiu ainda que, no dia 22 de março, foi constituído o banco de doações, o qual está a funcionar no Europarque. Disse haver muita gente a doar coisas e que aproveitava para pedir a quem quer doar que o faça nesse banco de doações a funcionar no Europarque, de maneira a centralizar o processo e para tornar mais fácil a distribuição àqueles que precisam, comentando que, muitas vezes, há uma concentração excessiva nos hospitais, ou noutros sítios, que deixam de ter sítio onde armazenar as coisas doadas. -----

Referiu que, no dia 22 de março, foi decidido o cancelamento do Festival Imaginarius, e que, nesse mesmo dia, se começou a fornecer, em contínuo, equipamentos de proteção individual ao Hospital S. Sebastião, o qual estava em rotura de stock desses equipamentos. -----

Disse que, em 23 de março, foi implementada uma campanha de agradecimento às forças de Proteção Civil, bem como se começou a entrega de géneros alimentares ao domicílio através da resposta social concelhia Mercado da Solidariedade, assim com a entrega de medicamentos ao domicílio a todos aqueles que não podem sair de casa, nomeadamente aos idosos que estão a ser seguidos pela rede social do Concelho.-----

Deu nota que, no dia 23 de março, entraram em funcionamento duas linhas de apoio psicológico e duas linhas de apoio social, comentando que o confinamento a casa provoca muitos problemas, alguns de violência doméstica, pelo que, neste momento, estão profissionais especializados a fazer o atendimento psicológico e o atendimento social que se mostre necessário, nomeadamente às pessoas idosas. Referiu que esse trabalho está a ser feito em articulação com as Juntas de Freguesia, dizendo querer deixar uma palavra de agradecimento às Juntas de Freguesia pelo muito bom trabalho que têm feito no terreno. -----

Disse que, nesse mesmo dia, foi lançada uma linha de contacto telefónico do Espaço Trevo, principalmente para o tecido social, para situações de violência doméstica, encaminhamento social, dado que, como já abordou, o isolamento das pessoas em casa potencia, ainda mais, as situações de violência doméstica, agressões sexuais, entre outras. -----

Referiu que, no dia 24 de março, foi lançado o Projeto Farol, já mencionado pelo membro Filipe Moreira nesta sessão. Informou tratar-se de um contacto telefónico feito por voluntários do Banco Local de Voluntários, muitos ligados ao programa Movimento e Bem-Estar, os quais, pelo menos duas vezes por semana, contactam telefonicamente principalmente os idosos, perguntando-lhes se está tudo bem com eles, se precisam de alguma coisa, como alimentação ou medicamentos, e até brincando com eles e desafiando-os a fazer alguns



exercícios em casa para se manterem ativos. -----

Deu nota que, no dia 24 de março, decidiu a suspensão do funcionamento das feiras e mercados, bem como todos os parques infantis de gestão municipal, ressaltando que, também nesse dia, foi dado início a uma campanha de sensibilização sonora, com dois carros com publicidade móvel a circular por todo o Concelho, com mensagens de alerta e prevenção à Covid-19. -----

Disse que, no dia 25 de março, foi produzido um vídeo com campanha de sensibilização para as pessoas ficarem em casa e seguirem as recomendações da DGS, assim como se começou a confeccionar máscaras individuais de proteção em articulação com as IPSS e voluntários, ainda sem os necessários requisitos de saúde, frisando que o mercado não tinha resposta e que tal equipamento estava esgotado. -----

Salientou que, também em 25 de março, se deu início à desinfeção de locais da via pública por todo o Concelho, explicando que, em articulação com as Juntas de Freguesia, foram selecionados os sítios de maior procura, como os postos de multibanco, as farmácias, as mercearias, os supermercados, as próprias sedes das Juntas e outros locais do género que, apesar do isolamento, continuam a ser procurados com alguma frequência. Fez notar que as Juntas de Freguesia sinalizaram os locais e a Câmara forneceu os equipamentos, tais como os fatos, pulverizadores e o líquido, para ser feita a desinfeção desses lugares. -----

Prosseguindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara referiu que, no dia 27 de março, foi adquirido equipamento de proteção individual para distribuição por várias entidades com valência de lares e apoio domiciliário, realçando que a Câmara também foi fornecendo o material que tinha ao hospital e ao centro de saúde, porque estes começaram a ver o seu stock a esgotar-se. Frisou que houve dificuldade em adquirir mais desse material, mas que, felizmente, no dia de ontem foi conseguida uma reposição de stock pelo que, no dia de hoje, já se anda a distribuir equipamento de proteção individual pelos lares de idosos. -----

Disse que, também em 27 de março, proferiu um despacho de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa Maria da Feira, acrescentando que a maioria das medidas que estão previstas nesse Plano já estavam no terreno, mas que essa ativação dá ao Presidente de Câmara a possibilidade de mobilizar tudo o que entender necessário, desde espaços a equipamentos, pelo que é mais uma ferramenta que tem ao dispor, comentando que ainda não foi preciso recorrer a ela porque tem havido uma colaboração total das pessoas



naquilo que é necessário.-----

Referiu que, nesse mesmo dia, proferiu um outro despacho com vista ao encerramento do Cemitério Municipal, tendo recomendado às Juntas de Freguesia que fizessem a mesma coisa. Disse que o fez com muita preocupação porque sabe que é um sítio que mexe muito com o sentimento das pessoas e, nestes momentos, ainda mais, pelo que se procurou fazer isso com muita prudência para não se estar a magoar pessoas que estão extremamente fragilizadas. -----

Salientou que, também no decorrer de março, o Município forneceu 12 telemóveis ao ACES Feira/Arouca porque o ACES não tinha telefones suficientes para atender as pessoas. -----

Salientou que outra medida foi a criação de uma Bolsa Local de Voluntariado, dando nota que, apesar de haver muita gente a se voluntariar, é preciso, principalmente nas questões dos lares de idosos, alguma prudência porque estão em causa situações muito específicas. Referiu que, nessa medida, os voluntários estão a ser selecionados por profissionais, os quais estão a definir bem o modo de atuação desses mesmos voluntários para que nenhuma situação menos agradável aconteça. -----

Informou que, no dia 1 de abril, foi criada a Linha Informação Saúde porque se constatou que a linha SNS 24 estava, muitas vezes, saturada, levando algumas pessoas ao desespero porque não conseguiam contactar essa linha quando precisavam. Realçou que, devido a isso, a Câmara decidiu criar uma linha alternativa para, nessas situações, dar alguns esclarecimentos às pessoas, acrescentando que esse trabalho é feito em permanente ligação com o ACES Feira/Arouca. -----

Em relação à questão da realização de testes à Covid-19 nos lares de idosos, disse que a verdade é que não há testes, dando nota que há uma capacidade prevista para realizar 400 testes por dia no Europarque, mas que não há testes para tal, comentando que nos primeiros dias ainda se fizeram quase 200 testes por dia mas que, nos últimos, não se tem conseguido fazer mais de 70 ou 80 devido há falta de testes. Salientou que, com isto, não estava a criticar ninguém, mas que a situação é a que relata, pelo que era preciso encontrar soluções. -----

Disse que também entrou em funcionamento, há cerca de uma semana, o centro de atendimento dedicado ao Covid-19, em Rio Meão, salientando que, juntamente com a autoridade de saúde local, foi feita uma reorganização dos serviços prestados pelas Unidades de Saúde Familiar do concelho porque muitos profissionais de saúde começaram a ficar infetados e a ter de ficar em quarentena, pelo que começou a haver uma redução desses



profissionais disponíveis. Salientou que esse plano já tinha sido preparado há algum tempo pelo que, agora, o Concelho tem, em Rio Meão, um centro de atendimento só para o Covid-19, com duas equipas de cinco profissionais cada, sete dias por semana, para evitar que as pessoas tenham que se deslocar ao hospital e não corram o risco de contaminar ou serem contaminadas. Disse que naquele centro, em Rio Meão, as pessoas são avaliadas e depois são encaminhadas para fazer o teste, se for caso disso, no Europarque ou noutra sítio onde haja testes.-----

Referiu que se tem procurado restringir o recurso ao Hospital S. Sebastião ao que é estritamente necessário, até porque o hospital está cheio, informando que, inicialmente, o hospital tinha capacidade para 20 internamentos para pessoas infetadas com Covid-19 e que, neste momento, tem capacidade para mais de 40, porque foram reafetados pisos para esse efeito. -----

Reforçou que a grande preocupação foi sempre com os lares, dando nota que existem 28 lares de idosos no Concelho, desde IPSS, lares privados e até alguns semiclandestinos que se vieram a descobrir que existiam disfarçados sob a forma de alojamento local ou de hospedaria, fazendo notar que existem cerca de 600 pessoas internadas em lares e que, com os idosos que estão em centros de dia, tal número aumenta para mais de 2000, sem contar com aqueles idosos que não estão em nenhum lar ou centro de dia. -----

Referiu que tais instituições não estavam minimamente preparadas para esta situação pelo que a Câmara começou, há mais de um mês, a trabalhar com elas na reorganização dos espaços, ou seja, na criação de um espaço completamente estanque para eventuais infetados, para que possam continuar a funcionar com total segurança, reforçando que a Câmara também forneceu equipamentos de proteção individual a todos estes lares. -----

Disse ainda que, muitas vezes, quando os trabalhadores dos lares sabem que estão ali pessoas infetadas, têm medo e não querem ir trabalhar, comentando que isso é normal porque as pessoas não são todas iguais e cada uma tem a sua maneira de reagir, pelo que também essa questão foi articulada com a Segurança Social para que cada instituição pudesse dar resposta e cuidar dos seus. -----

Em relação à ideia do hospital de campanha disse que, como já referiu em ocasiões anteriores, considera essa medida completamente errada, comentando que quase todos os municípios montaram o seu hospital de campanha, mas que isso é um disparate, ressaltando que isso é o



mais fácil de fazer mas que o problema é que, depois, não há profissionais para alocar ao hospital de campanha. -----

Informou que o Município tem na unidade hoteleira da Inatel, em articulação com a Segurança Social, 200 camas preparadas para receber pessoas dos lares, caso necessário, mas que a primeira preocupação é para que os idosos possam ficar no lar porque, por vezes, os cuidados que precisam têm de ser dados por grandes especialistas nessa matéria. -----

Disse também que, neste fim de semana, estão a acabar de ser montadas cerca de 30 camas na Casa Ozanam, em São João de Ver, bem como mais cerca de 20 camas no antigo lar de Lamas, para receber potenciais infetados, frisando que essa será uma segunda linha do Hospital S. Sebastião. Salientou que o Hospital tem pessoas que, apesar de ainda testarem positivo ao coronavírus, já estão praticamente curadas e poderiam fazer a convalescença noutros locais, mas que o problema é que, muitas vezes, são as próprias famílias que não as querem receber ou, então, são pessoas acamadas que os próprios lares também não querem receber. Referiu que os locais que mencionou estão a ser visitados por profissionais do hospital e da direção de saúde, para verem das necessidades, como o pessoal médico e de enfermagem, dizendo esperar que, na próxima terça-feira, aqueles locais estejam prontos para acolher tais pessoas que podem continuar o tratamento fora do hospital. -----

Realçou que, de uma maneira geral, as medidas tomadas foram as que enumerou, sem prejuízo de lhe ter falhado alguma, reafirmando que, no fundo, o Concelho não terá um hospital de campanha, mas sim uma espécie de segundo hospital. -----

Disse, no respeitante às doações, que têm sido recebidas muitas, na maioria pedindo o anonimato, comentando que algumas dessas foram bastante significativas, na casa dos 50, 100 mil euros, e que as mesmas têm sido canalizadas, normalmente, para equipamentos que o hospital precisa, dando nota que vai ser montada uma segunda linha de cuidados intensivos, com todo o material hospitalar que é necessário e que é sempre muito caro. -----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara disse que, para terminar a sua intervenção, queria dar a conhecer a esta Assembleia a proposta que apresentou na Área Metropolitana do Porto, contendo 10 medidas no âmbito do Covid-19, passando a efetuar a leitura desse documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1. Fundo de Emergência Metropolitano -----

Considerando a incorporação do saldo orçamental da gerência de 2019 no orçamento da AMP



Luís Costa

para 2020, alocar a verba de 1,5 milhões de euros para a constituição de um Fundo de Emergência Metropolitano Covid-19, que será alocado à aquisição de equipamentos, produtos, serviços, etc., destinados ao combate à epidemia e que poderão ser alocados às instituições da rede social, da saúde ou outros relacionados com a pandemia, cabendo à Comissão Executiva propor a definição de regras que permitam uma distribuição equitativa e equilibrada da sua utilização, cumprindo com os requisitos legais aplicáveis. -----

2. Isenção de pagamentos de rendas da habitação social; reduções das tarifas da água, resíduos, eletricidade, telecomunicações, etc. -----

Propõe-se a não concessão universal de isenções ou diminuição de rendas ou de tarifas, por se considerar existirem grupos que não terão diminuição dos rendimentos, designadamente pensionistas, beneficiários do RSI e funcionários públicos, reservando os eventuais apoios para quem efetivamente comprovar a diminuição dos seus rendimentos. A decisão será analisar a suspensão dos pagamentos caso a caso, mediante pedido da pessoa ou empresa, sujeito à comprovação da efetiva redução do rendimento. -----

Propor ao Governo a suspensão da cobrança da taxa de gestão de resíduos (TGR) e da taxa de recursos hídricos (TRH), ambas destinadas a financiar o Fundo Ambiental, cuja utilização não está a ser efetuada nos moldes para que foram criadas e que por isso devem ser suspensas e no futuro reavaliadas. -----

Que o preço da água em alta, fornecida através das Águas do Douro e Paiva aos Municípios, seja reduzida em 50%, atendendo a que este sistema foi sempre gerido com grande rigor e cumprimento dos compromissos por parte de todos os Municípios clientes do sistema, tendo por isso um impacto mínimo nas contas da empresa de que os Municípios são também acionistas. -----

Que a taxa do IVA da eletricidade passe dos atuais 23%, para a taxa mínima de 6%, para todos os consumidores sejam públicos, privados, residenciais ou empresariais. -----

Que as reduções nas referidas taxas e preços sejam diretamente refletidas nas faturas dos consumidores. -----

3. Apoio às Instituições da Rede Social -----

Reforçar a capacidade financeira das IPSS, fortemente penalizadas pela desigualdade de tratamento em relação à rede sob a alçada da St.ª Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição profusamente financiada através das verbas do jogo (euromilhões, raspadinhas...) não sendo o



resto do país equitativamente beneficiado por essas verbas.-----

O Norte e Centro do País que se organizaram em respostas sociais promovidas pelas próprias comunidades, que substituem o Estado e que vivem no limiar da insolvência, são manifestamente subfinanciadas pelo Estado Central, e só a solidariedade das respetivas comunidades permite muitas vezes a sobrevivência. -----

Foram anunciados 50 milhões de euros para apoio ao setor, que não chegam ao terreno. -----

Propor ainda o isolamento dos lares de idosos durante a duração da pandemia, incluindo os respetivos trabalhadores, com o pagamento a duplicar do salário destes trabalhadores, a suportar a fundo perdido pelo Estado. -----

4. Testes COVID-19 -----

O combate à doença deveria levar a uma sistemática realização de testes, conforme é recomendado pelas organizações de saúde. Foi já anunciado a realização de testes em todos os lares de idosos, mas na verdade ainda não chegou ao terreno. Na realidade constatamos que não existem os produtos necessários à realização de testes nomeadamente reagentes. Foi anunciada uma solução a partir de estudos do Instituto de Medicina Molecular (IMM), mas que uma alegada incapacidade de produção em larga escala estaria a condicionar a produção. Propomos que a solução do IMM seja facultada a todas as Universidades do País para uma imediata operacionalização em todo o território e com total prioridade aos profissionais de saúde, lares de idosos e demais agentes da proteção civil. Sabendo da disponibilidade e capacidade da Universidade do Porto para fazer os testes, que os mesmos sejam realizados no Hospital de S. João e se necessário no Hospital de Gaia para os Municípios a sul do Douro.----

5. Educação/Computadores -----

Atendendo a que o presente ano escolar está condicionado pelo encerramento das escolas e pela necessidade de se prosseguir as aulas através do ensino à distância, o que exige o acesso a computador e internet, propor que todos os jovens que não possuam computador ou cujas famílias não reúnam condições para o adquirir, sejam assegurada pelo Estado a sua aquisição, bem como a disponibilização de ligação à Internet, com pagamento através de fundos comunitários, alocando verbas já existentes na Prioridade de Investimento “combate ao insucesso escolar” a esta nova medida. -----

6. Suspensão da norma que impede a contratação de empresas que façam doações ao Município -----



Atendendo a que a legislação determina, que as empresas/entidades que façam doações aos Municípios ficam impedidas de contratualizar com os mesmos e que muitas das doações que recebemos atualmente para fazer frente à pandemia, seja sob a forma de EPI, equipamentos de saúde, medicamentos, alimentos, desinfetantes, etc., provêm muito frequentemente de pessoas ou empresas que contratualizam com os Municípios, seria de particular injustiça penalizar os que são beneméritos e solidários, pelo que a lei deve excepcionar todas estas situações. -----

7. Suspensão das regras orçamentais no que diz respeito ao equilíbrio orçamental -----

Considerando que as receitas correntes, têm que ser iguais ou superiores às despesas correntes mais as amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, suspender de imediato a aplicação desta regra para permitir a adequada gestão das necessidades de despesa na situação atual. -----

8. Visto do Tribunal de Contas -----

Isentar de visto do TC os empréstimos a contrair pelos municípios que possuam capacidade de endividamento definido pela lei. -----

9. Regras de endividamento Municipal -----

Considerando que os Municípios só podem contrair empréstimos para investimento em despesas de capital, permitir que excepcionalmente o possam fazer para despesas correntes para fazer face às respostas sociais que seja necessário fazer. -----

10. Setor Empresarial Local -----

Considerando a total paralisação dos setores da cultura, desporto e lazer, em muitos casos promovidos por empresas municipais, conceder apoio a fundo perdido a todas as entidades gestoras destes equipamentos ou serviços, sejam Municípios ou empresas do Setor Empresarial Local (incluindo Termas). -----

Salvaguardar apoios a prestadores de serviços destas entidades, a fundo perdido, permitindo a sua sobrevivência durante o período de pandemia, tendo como objetivo o retomar da atividade à posteriori. -----

O Setor das artes, cultura, desporto e lazer, vive muito da contratualização com os Municípios e suas empresas e trabalham quase sempre a recibo verde através de microempresas. Se não lhes for assegurado financiamento durante este período e mais alguns meses pós-pandemia, perder-se-á um investimento de décadas no setor e na capacitação dos respetivos profissionais.” -----



G-
[Handwritten signature]

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que esta foi a proposta que apresentou na Área Metropolitana do Porto, e que a mesma foi aprovada na reunião realizada pela AMP no dia de ontem, 3 de abril, acrescentando que esse documento iria ser remetido, ainda hoje, ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Primeiro-Ministro. -----

Entretanto, entrou na videoconferência (durante a intervenção do Sr. Presidente da Câmara) o membro Valdemar Silva.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação os documentos a seguir identificados, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– *Recomendação “Serviços de água e saneamento”, apresentada pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 34, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Voto de Louvor “Aos Trabalhadores que asseguram a qualidade de vida e segurança no Município”, apresentado pela CDU:* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 53 votos a favor (PSD: 34, PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar o voto de louvor em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----

“Votámos a favor e lamentamos que não tenha sido incluído o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, que têm trabalhado mais do que qualquer um.”-----

– *Recomendação “Medidas de emergência para reforço do combate à pandemia do Covid-19 no concelho de Santa Maria da Feira”, apresentada pelo BE:*-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor da recomendação (PS: 14, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1) e 34 votos contra (PSD), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----



O membro *José Manuel Leão* (PSD) fez a seguinte declaração de voto: -----
“O PSD vota contra porque tem que ser reconhecido que a Câmara está a fazer todos os esforços e está a ser pioneira em alguns aspetos no combate ao coronavírus e em defesa das populações mais desfavorecidas.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Ata N.º 16 – Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2020-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação a ata em epígrafe, oportunamente distribuída, dando nota que os membros que não estiveram presentes na referida sessão não poderiam participar na votação da respetiva ata. Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor da ata, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu-a, de seguida, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 41 votos a favor, aprovar a ata em referência. -----

Não participaram na votação, em virtude de não terem estado presentes naquela sessão, os membros Manuel Strecht Monteiro, Lúcia Fernandes, Tiago Carneiro, Salomé Ventura, Cláudia Correia, João Cunha, Delfim Silva, Armando Teixeira, Rui Alves Rios, Rita Marques, Lucídio Pereira Dias e Licínio Loureiro. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o e-mail remetido à Mesa por instrução do *Sr. Presidente da Câmara*, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3891, em 27 de março de 2020, que anexa o II Relatório de 2020 onde se sintetiza a atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e fornecimentos adjudicados e o prazo médio de pagamento a fornecedores – documento oportunamente distribuído aos membros da Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* deu por terminado o presente ponto, tendo a



Assembleia tomado conhecimento da Informação em referência. -----

3 – Documentos de Prestação de Contas do Município do ano 2019 -----

4 – Alteração Orçamental Modificativa -----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita-----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa-----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI-----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano de Atividades Municipal – PAM-----

5 – Alteração ao Mapa de Pessoal 2020 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos a votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 30 de março de 2020 e restante documentação que as acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por referiu que é evidente que a realidade das Contas de 2019 do Município não se repetirá em 2020, por todas as alterações que se estão a assistir, neste momento, até do ponto de vista económico e de desenvolvimento, mas que, contudo, as Contas que estão em apreço dizem respeito a um ano de crescimento, no seguimento do verificado em 2018, comentando que a realidade de 2019 foi muito idêntica à de 2018.-----

Salientou que o *Sr. Presidente da Câmara* fez uma apresentação idêntica à que havia feito na reunião camarária, e que é muito idêntica às apresentações que tem feito nos anos anteriores, ressaltando que, nessa medida, iria fazer uma análise da apresentação feita, acrescentando alguns pontos.-----

Referiu que o *Sr. Presidente da Câmara* fala nas aulas de programação, salientando que, sendo essa uma iniciativa de louvar, acontece que a Câmara Municipal está a pagar por uma iniciativa que o Ministério da Educação, através da Direção-Geral da Educação, fornece de forma gratuita, nomeadamente com a formação de professores. Disse que, além disso, lhe parece haver a necessidade de fortalecer a Internet nas escolas porque, pela informação que a



CDU tem, existem escolas que ainda estão com o sistema de Internet por ADSL, sem ser por fibra, que é mais rápida, pelo que considera que é preciso melhorar essa situação para que essas escolas possam utilizar os recursos mais recentes na área da educação. -----

Realçou que importa fortalecer as aulas de programação, deixando de se ter apenas a iniciação à programação para se passar a ter um projeto contínuo que permita aos alunos, mesmo os que estão no ensino dito normal, científico, terem aulas de programação e saberem programar, até porque é sabido que, no futuro, a grande maioria das profissões, senão todas, exigirão que as pessoas tenham noções de programação. -----

Salientou que o Sr. Presidente da Câmara fala muito na mão de obra qualificada, ressaltando, sobre isso, que a CDU tem tido alguma dificuldade em verificar onde é que ela está a ser contratualizada porque, ainda no mês passado, com a situação da pandemia de Covid-19, se verificou centenas de desempregos precisamente de mão de obra não qualificada e de mão de obra precária. Disse que a pandemia veio trazer à tona aquilo que a CDU tem vindo a referir há vários anos, de que grande parte do emprego que está a ser criado, nomeadamente no território de Santa Maria da Feira, é precário, seja através de empresas de trabalho temporário, seja através de contratos muito curtos. Realçou que, no Concelho, existe os exemplos da Molaflex e da ECCO que mandaram pessoas para casa, acrescentando que existem muitos exemplos similares que têm sido trazidos a público pela comunicação social, pela CGTP e outras organizações sindicais, bem como através de outros partidos políticos. -----

Referiu querer dar os parabéns ao setor da Cultura, salientando ser um setor que se tem destacado muito pela sua diversidade, pela sua atividade e até pela inovação, isto comparando com outros municípios, bem como pela abertura que tem tido, nomeadamente na recetividade a propostas feitas pelos diversos partidos. Disse não poder deixar passar que, no setor da Cultura, as atividades que dão prejuízo passam para a gerência da Câmara Municipal e, por outro lado, as que dão lucro ficam na gerência da empresa municipal Feira Viva, comentando que essa situação é do conhecimento geral. -----

Disse ser interessante, da análise feita aos municípios a nível nacional, que o município de Santa Maria da Feira, no setor da despesa relativa ao Desporto e à Cultura, ocupa o 298.º lugar, tendo desinvestido ao longo dos anos, em percentagem da despesa, frisando que tais números não são da sua autoria, que são números que constam na base de dados Pordata. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse, a propósito da afirmação feita pelo Sr. Presidente da



Câmara de que Santa Maria da Feira é um município exportador, que isso é verdade, que não há dúvidas de que Santa Maria da Feira é um dos municípios mais exportadores do País, que está inserido numa das zonas mais industrializadas do País, com projetos de estratégia nacional que já têm mais de 50 anos. Salientou que, contudo, também não se pode esquecer que o Concelho tem o maior grupo económico privado do País, apesar do mesmo ter sede fiscal na Holanda, à semelhança do acontece com todas as empresas do PSI 20. Disse que a Comunidade Europeia não tem refletido sobre essa questão tal como deveria fazer, realçando que tal situação faz com que o desenvolvimento dos países seja, também ele, não justo, para não usar outro termo, comentando que a União Europeia está a beneficiar, desde há largos anos, a Europa Central em detrimento da periferia e, principalmente, dos países do Sul. -----
Realçou que, retirando-se esse grande grupo económico que é extremamente diversificado, ligado à cortiça, aos combustíveis e a outras áreas, os valores do Município de Santa Maria da Feira não seriam tão positivos no que respeita às exportações. Destacou ainda que se pode constatar, quanto à redistribuição da riqueza, que o Município não apresenta valores tão positivos, fazendo notar que a situação não é vantajosa para o trabalhador e que isso se comprova com o facto de Santa Maria da Feira ocupar o 98.º lugar ao nível do poder de compra. Salientou que, sendo inegável que Santa Maria da Feira é um dos municípios mais exportadores, tal índice significa que o custo de vida no Município não é comportado pelos salários que são pagos, ou seja, significa que a distribuição da riqueza não é justa, como deveria ser num município que se diz exportador e que se diz ter mão de obra bastante qualificada. -----

Disse ainda, voltando ao setor do Desporto, que é verdade que foram feitos avanços, nomeadamente no que respeita à concretização do Pavilhão Municipal de Mozelos, frisando que esse equipamento era indispensável e estratégico para aquela freguesia, bem como para as freguesias envolventes, mas que, apesar disso, existe muito ainda por fazer, nomeadamente na questão das ciclovias e do Parque Desportivo de Sanfins, que têm sido uma constante nas intervenções da CDU. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Filipe Moreira disse, em relação ao Parque Desportivo de Sanfins, que apesar de saber que está a ser tratado um protocolo nesse âmbito, o certo é que passou mais um ano sem que o Município tenha uma pista de atletismo que permita ter competições, nomeadamente de juniores e de seniores, quando é sabido que Santa



Maria da Feira é o município que fornece mais atletas para a Federação Distrital de Aveiro e que mais atletas tem nas diversas modalidades que o atletismo abrange. -----

Interveio o membro *Ángelo Santos* (CDS-PP) que começou por dizer que a sua intervenção seria, no fundo, para reafirmar o que disse em 2018 e 2019 porque tais palavras continuam atualizadas, salientando que apesar de ter ouvido dizer, nos últimos anos, que os mesmos foram favoráveis, que foram anos de crescimento, de pleno emprego, de empresas de alta qualidade a quererem instalar-se em Santa Maria da Feira, com mão de obra especializada e cada vez mais bem paga, o que verifica no seu quotidiano é que essa realidade não se reflete no Concelho.-----

Referiu, a esse respeito, que queria fazer alusão a uma afirmação proferida pelo Sr. Presidente da Câmara, e não no sentido de provocação, mas sim de reflexão, realçando que quando o Sr. Presidente da Câmara apresenta, nos documentos de Prestação de Contas, a ciclovia na Av. Francisco Sá Carneiro, em São João de Ver, como uma mais-valia no que respeita às ciclovias no Concelho, tal resume aquela que é a imagem que se quer transmitir para o exterior quando, ao se verificar a realidade, se constata que o Concelho está muito carenciado. -----

Disse saber que o Concelho de Santa Maria da Feira está bem localizado, que está bem no centro do desenvolvimento da zona Norte e Centro, mas, depois, se verifica que, no que respeita ao desenvolvimento industrial que tanto é apregoado, continua com carências gigantescas porque não tem soluções e não são tomadas medidas para as encontrar. Realçou que basta ver o exemplo da circulação dos veículos pesados nas zonas industriais para se constatar essa realidade, comentando que os camiões têm de circular quase por caminhos de cabras para conseguirem chegar às fábricas.-----

Salientou que as grandes vias estruturais que o Concelho carece, para os próximos 20 ou 30 anos, continuam a ser adiadas e que o período que se avizinha vai ser, provavelmente, mais desfavorável, fazendo notar que o ano de 2020 vai servir para sentir como é o Concelho sem os seus eventos culturais, destacando que é preciso perceber a realidade e as infraestruturas que o Concelho tem para cativar mais-valias para o território. Questionou, a título de exemplo, quantos quilómetros de ciclovias é que estão prospetivados executar no Concelho, acrescentando que, quem diz ciclovias, diz outro tipo de equipamentos que proporcionam qualidade de vida a quem se instala e a quem já vive em Santa Maria da Feira, comentando



[Handwritten signature]

que o Concelho tem permanentemente estas carências. -----

Realçou que, apesar de se atravessar um momento em que a concentração está mais virada para a dificuldade da pandemia, não se pode esquecer que há País para além da crise sanitária, que há uma realidade feirense pela qual tem de se lutar todos os dias, comentando que não iria voltar a falar dos centros coordenadores de transportes nem dos pavilhões que estão projetados durante 20 ou 30 anos até serem executados, nem das piscinas que não são concretizadas, nem das unidades de saúde que estão programadas mas que não se sabe quando serão feitas, destacando que o Município continua neste registo.-----

Pedi ao Sr. Presidente da Câmara para que, de uma vez por todas, tome medidas para estruturar o Concelho, que não tenha receio de ser, muitas das vezes, não tão popular, salientando que, por exemplo, o Sr. Presidente da Câmara disse que um hospital de campanha não é necessário, quando, por outro lado, estão a ser criados hospitais de campanha em edifícios físicos, pelo que questionava se esses já são necessários. Fez notar que existe, na freguesia de Sanguedo, uma sede da Cruz Vermelha, questionando se essa entidade não teria capacidade para poder abastecer um hospital de campanha operacional no território de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que, se calhar, nem todos os territórios têm tais mais-valias, mas que Santa Maria da Feira continua a desperdiçar o que tem e continua a olhar para o lado, continua a dizer que vai criar um centro desportivo em Sanfins, com uma pista de atletismo toda XPTO, mas que o certo é que passou mais um ano, outro se seguirá, e que daqui por 2 anos o Complexo Desportivo de Sanfins será novamente anunciado como uma obra emblemática.-----

Reforçou que as decisões que trazem desenvolvimento para o Concelho estão a ser adiadas, como é o caso da situação da EN 223 e da rede de transportes, comentando que existe o Andante mas que poucas pessoas aderiram ao mesmo porque o território não tem condições para que possam usufruir dele. -----

Realçou que o Concelho tem uma malha produtiva bastante intensa, mas que continua a não dar as devidas possibilidades às empresas que se pretendem instalar em Santa Maria da Feira, salientando que, pelo que sabe, os lotes industriais disponíveis ou estão no Lusopark ou no PERM, apesar de outros empreendimentos industriais terem lotes que, não estando a ser usados, também não estão a ser comercializados, frisando que essa é uma questão pela qual o CDS-PP se tem vindo a debater há muito tempo. -----



[Handwritten signature]

Concluindo a sua intervenção o membro Ângelo Santos reafirmou que continuam a ser adiadas as decisões que podem colocar o Concelho na linha da frente, salientando que, apesar de estudos colocarem Santa Maria da Feira como o 10.º município mais exportador do País, este proporciona fraca qualidade de vida aos feirenses e a quem se quer instalar no Município.

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sobre estes vários pontos que estão em discussão, começar pelo Relatório e Contas relativo a 2019 e ir, depois, aos restantes documentos que também estão em apreciação. -----

No Relatório que é apresentado há várias afirmações, enfim, é a forma de apresentação de alguma informação que mereceria algum contraditório ou contestação, mas queria focar essencialmente em duas questões, a questão da captação do investimento que é apelidado pelo Executivo de alta qualidade e, depois, a questão da boa gestão financeira, se é mesmo boa gestão financeira. -----

Começando por este investimento, eu creio que é de lamentar que não se traduza no terreno a qualidade de emprego, o caso da Molaflex é recente, é muito paradigmático desse ponto de vista. Foi recentemente uma espécie de porta-estandarte do Executivo para mostrar essa captação de investimento, no entanto, foi uma empresa que, aos poucos dias de situação de emergência de saúde pública, decidiu dispensar 150 trabalhadores, que se veio a saber que eram contratados através de empresas de trabalho temporário, alguns há vários anos, o que até vai ao arrepio daquilo que são as boas práticas, e mais, vai ao arrepio daquilo que é a legislação atual e os direitos do trabalho. -----

E, por isso, parece-nos que é preciso fazer muito mais para que esses anúncios de investimento, ou melhor, que a esses anúncios de investimento corresponda qualidade de emprego no concelho de Santa Maria da Feira e corresponda qualidade no que toca a direitos laborais. -----

Depois, sobre a questão da gestão financeira, é apresentada como uma gestão de rigor e de excelência. Nós não só duvidamos disso como temos a certeza que não é assim, porque uma boa gestão financeira é aquela que responde às necessidades das pessoas e do Concelho de Santa Maria da Feira e, claramente, a gestão que está a ser feita dos recursos não vai ao encontro das necessidades das pessoas e do Concelho. -----

Apenas alguns exemplos. Há uma execução de apenas 40% do investimento que estava



programado e isto não é, obviamente, uma boa gestão, 60% do investimento que se dizia que se ia fazer, afinal, não foi feito. Isto não é, obviamente, um exemplo de boa gestão. Boa gestão é fazer o investimento que se anuncia, é fazer o investimento que é preciso fazer. -----

Da mesma forma que não é boa gestão recusar o apoio a quem precisa, principalmente quando há dinheiro para fazer esse apoio. E foi isso que a Câmara fez, foi estar a recusar dinheiro e medidas de apoio, mesmo tendo recursos para aplicação dessas medidas. -----

Por exemplo, a Câmara Municipal optou por não utilizar cerca de 40 milhões de euros, quase 40 milhões de euros que poderia ter sido investido e poderia ter sido utilizado para melhorar as condições de vida dos feirenses. Poderia ter utilizado, mas não utilizou. -----

Por exemplo, tem sido notícia a necessidade urgente de muitas intervenções de obras em várias escolas do 1.º ciclo. A Câmara tinha 40 milhões de euros para fazer intervenção, não fez, aliás, os parques, parquíssimos 70 mil euros que estavam previstos no Plano de Atividades para pequenas reparações, nem isso foi utilizado na totalidade. -----

A Câmara Municipal tinha 40 milhões de euros, mas gastou apenas 2.131 euros com o Cartão Feira Sénior, ou seja, tinha dinheiro, mas o apoio aos mais idosos não foi uma prioridade. Tinha 40 milhões de euros, mas gastou apenas 11.995 euros para medidas de apoio a estratos desfavorecidos, ou seja, tinha dinheiro, mas os mais vulneráveis não foram uma prioridade. ---

E este saldo, na verdade, é sinal que não houve uma boa gestão, é a prova de como se negou, afinal, aos feirenses e ao Concelho muitas coisas que eram necessários e que eram possíveis fazer. -----

O Bloco de Esquerda votará contra este Relatório e Contas porque, efetivamente, ele traduz uma política e uma opção de austeridade no Concelho que não se justifica de forma alguma. --

Sobre as alterações ao Orçamento que são propostas, como é reconhecido por todas e por todos, e pela Câmara Municipal também, nós vivemos uma atual crise sanitária que terá impactos enormes, e terá impactos enormes não só do ponto de vista de saúde pública, mas terá impactos enormes do ponto de vista económico e social. E por isso é preciso, neste momento, tomar todas as medidas que sejam possíveis para que a uma crise sanitária não se some uma crise social perigosíssima. -----

O Bloco de Esquerda tem defendido que a Câmara Municipal deve avançar com várias medidas do ponto de vista social, deve suspender as rendas de habitação social, deve suspender o pagamento de água a pessoas que perderam rendimentos, deve reforçar de forma



[Handwritten signature]

significativa os programas sociais de apoio aos mais idosos, aos estratos mais desfavorecidos, criar novos programas sociais, nomeadamente de emergência para ajudar as famílias a fazer face a despesas essenciais. Nós sabemos que há muitas famílias que, por várias razões, estão ou a perder rendimentos ou a ter um aumento de despesas e, portanto, as medidas sociais devem ir ao encontro destas famílias, devem garantir alojamento a todas as pessoas que estejam em situação de sem-abrigo, ou que não tenham condições de habitabilidade para fazer isolamentos, quarentenas, o que é preciso neste momento. E devem, ainda, fazer pleno uso das alterações à lei, algumas que já foram feitas, outras que serão feitas nos próximos dias, nomeadamente as que levantam restrições ao endividamento dos municípios e as que pretendem suspender a lei dos compromissos. -----

O Bloco de Esquerda acompanhará estas intenções a nível nacional, de alterações à legislação, exatamente para dar instrumentos aos municípios para poder, se for necessário, aumentar o seu endividamento, se for necessário, aumentar a latitude daquilo que é as suas opções políticas para dar todas as respostas. -----

Muito sinceramente, olhando para as alterações que são propostas, seja à Despesa, seja à Receita, seja ao Plano de Atividades, não nos parece que haja, nestas alterações, aumentos significativos de verba, por exemplo, para apoio aos idosos, para apoio aos mais desfavorecidos, para um plano de emergência social para o Concelho, para suspensão de rendas, para suspensão de pagamentos de despesas que são essenciais, mas que as famílias podem não estar a conseguir comportar neste momento. -----

E, por isso, era de aproveitar este momento, também, para que o Sr. Presidente da Câmara pudesse esclarecer onde é que, nestas alterações, estão essas medidas, de que forma e quais são as verbas que vão ser alocadas a estas medidas. -----

Só para lembrar e para terminar, há 40 milhões de euros, quase 40 milhões de euros que transitarão de 2019 para 2020, e todo esse dinheiro, ou a grande maioria desse dinheiro, deveria ser aplicado urgentemente em planos sociais e em reforço do apoio social à população do concelho de Santa Maria da Feira, e este é o momento de explicar, também, onde é que ele vai ser aplicado.” – Fim de citação. -----

O membro *Daniel Gomes* (PS) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----
“Importa, desde já, salientar que esta apreciação é meramente política, não se manifestando



[Handwritten signature]

qualquer objeção de natureza técnica ao documento em causa.-----

Não obstante, aproveitamos para focar dois pontos sobre o documento em si, que acho que nos merece a pena também aqui destacar.-----

O PPI está, na nossa perspetiva, habilidosamente apresentado apenas com os valores executados, portanto, ocultando todos os projetos não executados. Eu confesso que facilita a leitura, mas é mais o que esconde do que aquilo que revela.-----

Também se tem tornado uma habitué, na discussão dos documentos de Prestação de Contas, discutir a execução das despesas de capital. O Sr. Presidente escuda-se das baixas execuções com diferentes justificações, o que me parece fazer sentido para melhor aproveitamento da discussão e análise política é a preparação, também, de um quadro específico para as despesas incluídas no PPI e não executadas, e onde conste uma exposição dos motivos para o qual essas mesmas despesas não são feitas. Por exemplo, se o concurso ainda está a decorrer, se se aguarda ou não a aprovação de fundos comunitários, se o concurso simplesmente ficou vazio, se existe litigância entre as partes, se existe uma incapacidade de resposta por parte das partes que estão a concorrer, etc. Eu digo isto porque podem existir boas razões para que algo não seja feito, e se protege, neste caso, o Presidente de Câmara e o seu Executivo, enquanto que, noutras situações, talvez não seja esse o caso e, nesse caso, ganharia a transparência e a democracia.-----

Posto isto, temos de destacar que, de facto, tratou-se de um ano excecional do ponto de vista da arrecadação de receitas, e não só, e da economia do próprio Município como um todo. Isso notou-se na arrecadação de IMT, subiu mais de 50%, portanto, mais de 2 milhões de euros, chegou a atingir, se não me engano, os 6 milhões de euros. E isto permitiu superar ligeiramente as receitas correntes que provinham de 2018, uma vez que o IMI caiu cerca de 1 milhão e meio de euros.-----

Entendemos perfeitamente o aumento verificado com os encargos com o Pessoal em 2019, bem como o previsível aumento em 2020. No entanto, importa que se mantenham as despesas correntes dentro de faixas apropriadamente estreitas, como ocorreu em 2019 com as aquisições de serviços, de tal modo que a poupança corrente continue, tanto quanto possível, a libertar fundos para as despesas de capital, para amortizar dívida, se for esse o caso e a intenção do próprio Município, e transitar algo para o ano seguinte, que seja sempre algo mais do que aquilo que ficou.-----



Evidente.

Sr. Presidente, na apresentação do Orçamento de 2019, fazia referência a um plano de apoio às coletividades culturais, desportivas e sociais, que permitiria dotá-las de equipamentos e ferramentas que garantiriam a prestação de melhores serviços aos seus sócios e à comunidade. Porque nada de substancial foi feito nesta matéria? Se o fizéssemos em tempo de acalmia, hoje, estas instituições de apoio aos idosos, e não só, estariam muito mais bem preparadas para responder a esta pandemia. -----

Sr. Presidente, ao cabo de tantos anos e sendo uma aposta completamente esquecida, não considera que estará na hora de lançar um programa sério de apoio às hortas comunitárias, aproveitando por exemplo, para o efeito, os terrenos municipais que estão incluídos nas bolsas de terras municipais? -----

Sr. Presidente, a época é de aperto, mas não é de desleixo, por isso eu também pretenderia, eu e a nossa bancada, saber o que está a ser feito para controlar a outra dívida que começa a surgir e a ser feita ao Município, na área do saneamento e resíduos sólidos, nas refeições escolares e na habitação social, que, em conjunto, em 2019, aumentou mais de 400 mil euros e já totaliza mais de 2 milhões de euros. Eu falo daquelas verbas que estão a ser provisionadas. -----

Sr. Presidente, sabendo das dificuldades que se esperam para 2020, da mais que previsível quebra abrupta do IMT, da derrama, da participação no IRS, não está a ver como necessária uma renegociação das amortizações em curso, portanto, um “rollover”? -----

Sabemos que a taxa de juro média sobre o stock de dívida do Município estará entre os 0,5 e 0,8%, no entanto, não considera ser possível proceder à substituição da nossa dívida por nova, de tal modo que nos permita reduzir ainda mais esta taxa de juro média? -----

Sr. Presidente, aproveito para abordar também a revisão orçamental. Entendemos que vai no bom sentido, contudo, não vemos com bons olhos o reforço excessivo de verbas Outros ou Outras em despesas correntes, não compreendemos o motivo das transferências correntes estarem a ser tão reforçadas na Divisão de Desporto e Juventude, em mais de 600 mil euros, a não ser que seja este o tal valor que está a referir que vai ser reforçado para a proteção civil. Se não for esse o caso, então, é importante que o Sr. Presidente nos diga onde é que está a ser feito este apoio, tal como, aliás, referiu ainda há pouco o Moisés Ferreira. -----

E, portanto, e tal como estas situações, há muitos outros investimentos que também nos parecem que estão em falta. Eu destaco, por exemplo, no caso da freguesia de Sanguedo, que



[Handwritten signature]

o saneamento ainda não tenha a cobertura que seria desejada, 27% do território de Sanguedo não tem a cobertura desejada. -----

Tal como referiu ainda há pouco o Ângelo Santos, nas zonas industriais do nosso território há muitas em que os próprios empresários têm vergonha de trazer às suas empresas clientes e fornecedores, porque essas mesmas zonas industriais não apresentam a dignidade que deveriam ter. Eu falo, por exemplo, da zona industrial de Mosteirô, eu falo de uma zona industrial inexistente, como é o caso de Santa Maria de Lamas, a minha freguesia, eu falo, por exemplo, da zona industrial de Lourosa, em que um camião TIR, para chegar às instalações, tem de percorrer uma subida íngreme, para aí com 12% de inclinação. E o mesmo também de algumas mais recentes, como é o caso da zona industrial de Fiães, que continua a ter os problemas que se conhecem, inclusive para os próprios camiões poderem circular. -----

E depois, naquelas que têm, de facto, infraestruturas de altíssima qualidade, parece-nos a nós, como é o caso do PERM e do Lusopark, o Sr. Presidente fala que existem acordos firmados para a venda de todos os terrenos, mas, depois, não pululam as empresas como seria de esperar por todos esses terrenos vendidos. E aqui, também, é preciso fazer uma reanálise ao que é que se passa porque, objetivamente, os terrenos são vendidos mas as empresas não surgem, e, portanto, acho que se o Município fez lá o investimento, deveria esperar que ali surgisse algo, e também emprego para todos nós.-----

E, portanto, termino desejando boa sorte e coragem ao Executivo nesta fase difícil, e é neste momento que se verificará, de facto, de que fibra são feitos os feirenses.” – Fim de citação.-----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer, em relação ao que ouviu nas intervenções antecedentes, que queria apenas lembrar que se não existisse a chamada Lei dos Compromissos a taxa de execução das despesas de capital aumentaria 100% com relativa facilidade, mas que, com essa lei, é muito difícil cumprir um plano quando se sabe que, desde que é lançado um concurso até à execução da obra, muitos meses decorrem, e, entretanto, um ano só tem doze meses. -----

Posto isto, o membro José Manuel Leão passou a ler documento que disponibilizou para que o teor ficasse a constar desta ata, o qual, de seguida, se transcreve:-----

“É com muito orgulho e satisfação que represento hoje, nesta Assembleia, o PSD de Santa Maria da Feira. -----



Handwritten signature and initials

Orgulho por pertencer a um grupo alargado de pessoas que construíram um programa de ação e o apresentaram aos Feirenses no último ato eleitoral autárquico e que mereceu a aprovação do eleitorado, programa ambicioso mas realista. -----

Satisfação porque a equipa liderada pelo Dr. Emídio Sousa tem sabiamente implementado as medidas então preconizadas, com muita determinação e a prudência que é necessária a quem conduz tão árdua tarefa. -----

Hoje, mais do que nunca, temos de elogiar o rumo traçado por Emídio Sousa. A drástica redução da dívida, que é na prática nula, dados os recursos disponíveis, permite-nos encarar os tempos difíceis que vamos enfrentar com a certeza de que a Câmara financeiramente não terá obstáculos intransponíveis como muitas outras. -----

Todos sabemos qual a situação financeira do nosso Município, não perderei muito tempo com isso. Importa mais salientar o percurso desde os momentos em que o Partido Socialista afirmava que o futuro de Santa Maria da Feira estava comprometido, as finanças seriam uma catástrofe, o futuro estava hipotecado, essa seria a herança do PSD.-----

Ironia do destino foi o Partido Socialista que conduziu o País à bancarrota que preconizou esse futuro para Santa Maria da Feira. O certo é que aconteceu exatamente o contrário. Finanças saudáveis, com capacidade de encarar as adversidades que estão no terreno em todo o nosso Portugal. -----

Em 2019, com esforço de contenção e racionalização de despesas, a poupança corrente é de 20 milhões de euros. -----

O aumento do ativo é de 12,5 milhões de euros. -----

O trabalho desenvolvido em 2019 é muito nos mais diversos campos. -----

Ao de leve vou salientar, na área do ambiente, a digitalização dos processos internos, anulando ao máximo a utilização do papel. -----

A recolha seletiva dos resíduos em mais 5 freguesias e para aumentar em 2020. -----

O concurso da obra de requalificação das margens do rio Uíma. -----

A substituição de todas as luminárias do concelho por LED, com uma poupança de 1 milhão de euros anual, em termos ambientais também considerável, para além da componente económica. -----

Na área da cultura, um exemplo a nível nacional, para além dos grandes eventos com repercussões a nível internacional, são visíveis e muito elogiados os serviços da nossa



1/1
Eulália

biblioteca quer pelos nossos conterrâneos quer no exterior. -----
Devemos sentir-nos orgulhosos com o que de excelente temos entre portas. A programação do
Cineteatro António Lamoso e do Centro de Criação de Arte, com 270 atividades em 2019, é
invulgar num município da nossa dimensão.-----
Os 150 Km de estradas pavimentadas são algo sem precedentes e, se calhar, não voltará a
acontecer em todo o nosso Portugal. -----
Deixei para o fim três áreas nucleares:-----
Educação, Ação Social, Desenvolvimento Económico. -----
No campo da educação, que tem merecido particular atenção desde o primeiro mandato de
Emídio Sousa, destaco a aprovação da carta educativa, a entrada em funcionamento do
complexo em Fornos e o investimento em espaços educativos com um investimento de 5
milhões de euros em requalificação. -----
A aposta firme e convicta que o ensino de programação vai possibilitar no futuro muitos
empregos qualificados, tem sido uma constante e teimosa bandeira do nosso presidente com
sucesso ao ter uma ampla adesão no nosso concelho. -----
A preocupação nesta área está bem presente e vão sentir os alunos que, com a ação da
Câmara, vão ter o seu tablet em casa, possibilitando assistir às aulas a seguir à Páscoa. Isto é
uma mistura com ação social, porque se destinou aos que não bafejados pela sorte, não tinham
em suas casas acesso a meios tecnológicos. Bem-haja por tal iniciativa, vereadora Cristina
Tenreiro. -----
A ação social e o desenvolvimento económico, vou aglutiná-los porque se cruzam a maioria
das vezes.-----
Foram dois dos principais eixos que o PSD elegeu no seu programa eleitoral. Em boa hora o
fez, por maioria de razão. -----
Em primeiro lugar porque a ação social é determinante no resultado do maior ou menor
sucesso que viermos a ter como sociedade. -----
Depois porque o emprego é o fator mais decisivo no bem-estar das pessoas e das famílias. -----
O empenho da Câmara em construir uma malha fina, em termos sociais, em todo o concelho,
já era merecedor de grande elogio. Agora que é decisivo para acudir às imensas necessidades
a quem está confinado, muito mais. -----
Ainda bem que foi uma preocupação nossa em tempos normais. É uma arma importantíssima



2
L. Almeida

que está a possibilitar a muitos a ajuda, sem a qual estariam ao abandono. -----
O desenvolvimento económico no nosso concelho foi grande. -----
Valeu a pena o empenho do Sr. Presidente. Criaram-se muitos postos de trabalho com as
múltiplas investidas e devo dizer-lhe que o meu elogio se torna minúsculo, comparado com o
que lhe fizeram na reunião de Câmara na apreciação deste documento.-----
Ao tentarem criticar através do vereador Délio Carquejo, afirmar que fez bem este trabalho,
mas seria preciso quantificar.-----
Os reparos que lhe fizeram foram o maior elogio ao excelente trabalho desenvolvido.-----
Também concordo que ser oposição ao que foi feito e está a ser feito é extremamente difícil.”-

Entrou na videoconferência o membro Rui Alves Rios. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos,
começando pelas questões colocadas pelo membro Filipe Moreira. Disse, sobre a questão
relacionada com o acesso e reforço do sinal da Internet, que essa é uma responsabilidade do
Ministério da Educação, recordando que algumas competências são do próprio Município,
mas que outras são do Ministério da Educação. Salientou que, de qualquer maneira, a Câmara
está a trabalhar ativamente com os agrupamentos de escolas no sentido de se conseguir
responder a essa situação.-----

Em relação à questão do emprego e à situação da empresa Molaflex, disse considerar que
algumas pessoas não estão a entender que o emprego tem duas vertentes, dando nota que a
Molaflex é uma empresa com trabalhadores nos diversos setores, desde engenheiros,
programadores, contabilistas, economistas, profissionais do marketing e das vendas, entre
outros, e que é preciso perceber a dinâmica de uma empresa. Disse ficar, por vezes,
surpreendido com as observações que são feitas a propósito de uma situação complexa como
é a da pandemia, salientando que a Molaflex deixou de ter encomendas, deixou de laborar, e,
obviamente, tendo cerca de 400 trabalhadores, teve de recorrer aos mecanismos legais, à
semelhança de outras empresas do país que, lamentavelmente, recorreram ou vão ter de
recorrer a esses mecanismos.-----

Fez notar que, hoje, a maior retenção de talento pelo qual as empresas industriais lutam nem
sequer é do pessoal licenciado, mas sim do pessoal dos quadros intermédios, como o afinador



[Handwritten signature]

de máquinas, o eletricista, o técnico de manutenção, o soldador, quando, há alguns anos, era o engenheiro, o economista e outros licenciados. Reforçou que, hoje, onde há uma luta titânica pelos profissionais é nos setores intermédios, e que, na maioria das vezes, os salários que esses profissionais auferem são muito superiores aos dos que estão nas categorias anteriormente ditas superiores, sublinhando que a retenção de talento nas empresas mudou porque a economia também mudou.-----

Referiu que há muito emprego qualificado no Concelho, ressaltando que também se podia ter falado na empresa Faurecia, que igualmente entrou em lay-off dado que não se estão a vender automóveis devido ao contexto da pandemia, comentando que só a Faurecia tem quase 400 trabalhadores dos quadros superiores, ressaltando que outro exemplo que podia ser mencionado é o da fábrica de calçado Magnani. Disse que tais empresas têm operários, têm designers, têm pessoal do marketing, dando nota que a cadeia de uma empresa funciona assim e que ignorar isso é estar a viver no final do Sec. XIX ou no início do Séc. XX, é não perceber as novas dinâmicas da economia, reafirmando que fica surpreendido ao ver políticos relativamente jovens e com formação superior a fazer certo tipo de afirmações. -----

Relativamente ao setor da Cultura, agradeceu os elogios dados pelo membro Filipe Moreira. Quanto ao comentário de que as atividades que dão prejuízo ficam na alçada da Câmara e as que dão lucro vão para a alçada da empresa municipal Feira Viva, fez sobressair que as atividades que dão lucro à Feira Viva são muito poucas e que é por isso que o Município celebra um contrato-programa com a Feira Viva, em que esta é compensada com uma verba porque as receitas provenientes das atividades e equipamentos que gere, como as piscinas municipais, não cobrem os custos. Disse que, portanto, não estava a ver onde é que a Feira Viva tem lucro nas atividades culturais. -----

Sobre o estudo da Pordata que colocou Santa Maria da Feira quase no 300.º lugar no que respeita à despesa no desporto, disse considerar essa posição inacreditável e não perceber como é que a Pordata chegou a tais números, dizendo não saber se tal estudo levou em conta os subsídios que o Município dá aos clubes, se levou em conta as horas que o Município cede nos pavilhões, se levou em conta os apoios dados pelo Município para os relvados sintéticos, se levou em conta os seguros e as inscrições pagas pelo Município para as crianças praticarem desporto. Fez notar que a leitura dos números depende um pouco da técnica orçamental que cada município utiliza, reafirmando que não acredita em tal ranking e que até acha difícil



12
Santos

haver algum município do país que tenha mais atividade física e desportiva do que Santa Maria da Feira. -----

Quanto à afirmação de que se não fosse o Grupo Amorim os números do Município, no que respeita às exportações, não seriam tão positivos, disse que isso não é verdade, recordando que o Município tem quase 16 mil empresas. Salientou que o município de Santa Maria da Feira também não tem o Grupo Galp e que se o tivesse seria, de longe, o município mais exportador do País, ressaltando que, obviamente, o Grupo Amorim tem a sua relevância, tal como todas as empresas do Concelho. -----

Em relação à questão da localização da sede das empresas referiu que há muitas empresas que, apesar de terem sede em Lisboa, têm a produção em Santa Maria da Feira, e que optam desse modo até por questões de perseguição da Autoridade Fiscal, comentando que, não fosse isso, o concelho de Santa Maria da Feira estaria classificado na 2.ª ou 3.ª posição no que respeita às exportações, pelo que tal questão vale o que vale. -----

Quanto à questão de que a pista de atletismo de Sanfins nunca mais foi feita, fez sobressair que o Concelho tem uma pista de atletismo que está a funcionar, em Lourosa, e que é preciso que isso se note. Recordou que tinha sido aprovado, com vista à recuperação do Complexo Desportivo de Sanfins, um protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense, mas que todos acharam que o Clube Desportivo Feirense estava a ser um grande protegido por parte do Executivo Permanente. Sobre isso, fez notar que prova de que assim não era foi que o próprio Clube Desportivo Feirense, quando olhou melhor para o protocolo, disse não querer assiná-lo porque iria estar a assumir despesas que não podia assumir. -----

Realçou que, ainda nesta sessão, será aprovado um novo protocolo para a recuperação do Complexo Desportivo de Sanfins, que integra uma pista de atletismo, para se avançar com a elaboração do projeto de execução para, depois, ser lançado o respetivo concurso. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo à questão que o membro Ângelo Santos voltou a colocar, sobre a criação de um hospital de campanha, dizendo que não há nenhum município do País em que o presidente da Câmara ou o vereador da Proteção Civil não apareça com um colete brilhante, da proteção civil, a mostrar o seu hospital de campanha e a dizer que está tudo pronto, que só faltam os médicos, os enfermeiros, as máquinas da saúde, etc. Disse perceber essa boa vontade, ressaltando que, contudo, como já explicou nesta



[Handwritten signature]

sessão, a grande bomba relógio que existe, no que respeita ao combate à Covid-19, está nos lares de idosos, daí a estratégia do Município ser a de capacitar os lares para poderem receber os seus utentes habituais.-----

Referiu que essa capacitação é muito mais importante do que um hospital de campanha porque os cuidadores dos lares já sabem tratar esses doentes, já sabem mudar uma fralda, já sabem alimentar a pessoa através de um tubo, questionado quem é que vai cuidar dos idosos, designadamente os que têm tais necessidades, caso sejam colocados num hospital de campanha. -----

Salientou que, no Município, a Inatel está preparada, que também o Europarque está preparado com 300 camas, e que nunca o ouviram falar dele porque considera que o Europarque será o último dos últimos recursos, para quando, eventualmente, os cadáveres se comessem a acumular, ressaltando que, contudo, tal cenário não iria acontecer. Reforçou que aquilo que se pretende, no Município, é dar uma resposta humanizada, realçando que, quando falou na Casa Ozanam, está a falar de um sítio humano, em que alguns quartos só têm 3 ou 4 camas, acrescentando que, ali, alguns doentes se sentirão, se calhar, melhor do que na sua própria casa e melhor do que se fossem colocados em locais onde não existe essa retaguarda. Disse que o ter um hospital de campanha faz-lhe lembrar a guerra, mas que o Covid-19 é um inimigo diferente, é um inimigo que não se vê, é um inimigo que condiciona e que leva a que as próprias famílias, por vezes, se recusem a receber novamente a pessoa que está infetada com essa doença, frisando que isso representa um desafio tremendo, mas que está a ser combatido.-----

Salientou entender e não criticar os municípios que optaram pelo hospital de campanha, mas que considera que o Município de Santa Maria da Feira está muito à frente desses, dando ainda nota que Santa Maria da Feira acolherá alguns dos doentes dos restantes municípios do Entre Douro e Vouga e que não possam regressar a casa. -----

Frisou que o Município está a preparar-se convenientemente, que tudo está a ser feito com a articulação dos profissionais, comentando que este combate não vai ser vencido só com boa vontade, mas sim com profissionalismo, e que, nesse aspeto, considera que está a ser feito um trabalho em Santa Maria da Feira que mais ninguém está a fazer. -----

Sobre a questão de que os únicos espaços disponíveis, em zonas industriais, estão no PERM e no Lusopark, disse ser verdade que está tudo vendido, dando nota que o parque empresarial



Handwritten initials and signature

Lusopark está a ser ampliado porque já está tudo vendido e que, quanto ao PERM, foram feitos contrato-promessa, há cerca de mês e meio, para a aquisição dos últimos lotes, dizendo esperar que sejam concretizadas essas aquisições até porque a maioria dos interessados já têm, na Câmara, projetos para aprovação.-----

Fez ainda notar que, em 4 anos, foi duplicado o espaço das zonas industriais no Concelho, de 500 mil metros quadrados para 1 milhão de metros quadrados, dizendo admitir que algumas das zonas industriais de 1.ª geração não têm as condições ideais, mas que funcionam bem. Sobre a afirmação de que os acessos à zona industrial do Casalinho, em Lourosa, são fracos, disse que isso é verdade caso o acesso seja feito por Lourosa, recordando, contudo, que foi feita uma via nova em São João de Ver, a via do PEC, e que essa via é um acesso espetacular para a zona industrial do Casalinho, comentando que essa via até será a mais utilizada pelos industriais porque é a que mais facilmente liga à autoestrada.-----

Informou, em relação aos acessos à zona industrial de Fiães, que está a ser concluído o projeto de execução para se fazer o Eixo das Cortiças.-----

Sobre a afirmação de que a zona industrial de Santa Maria de Lamas não é propriamente uma zona industrial, salientou que Santa Maria de Lamas uma freguesia muito industrial e que acha que ninguém tem vergonha de ver passar um camião pelo centro daquela freguesia para ir, por exemplo, à Amorim & Irmãos, comentando que a rua é bonita e que até tem por ali bons sítios para se almoçar. Frisou que é preciso trabalhar com a realidade que existe no Concelho, a qual é evolutiva.-----

Em relação à questão sobre a captação de investimento e às referências feitas às empresas Molaflex e Ecco, disse que a Câmara está muito atenta a este problema, dando nota que responsáveis da Ecco tiveram o cuidado de falar com ele sobre a situação da pandemia e que lhe informaram que não querem parar completamente a produção para impedir que a empresa possa por a hipótese de se mudar para outro país. Disse que é preciso gerir estas situações com pinças, porque são muito delicadas, comentando que é fácil dar uma opinião, mas que depois, no terreno, é preciso muita atenção e estar muito a par da realidade mundial.-----

Ainda no que respeita à captação de investimento, disse que também se poderia ter falado da Magnani, da Multicuir, da Relprod, da Duvalli, entre outras, comentando que foram tantas as empresas que decidiram se instalar no Concelho que já não se lembra do nome de todas.-----

Frisou que, nesse aspeto, o território está muito bem, reforçando que todas as zonas



industriais estão cheias, até a zona industrial de Romariz, lembrando que toda a gente criticava que aquela zona industrial estava há 10 ou 20 anos sem uma fábrica, mas que agora está tudo ali vendido. -----

Sobre a questão da gestão financeira de que falou o membro Moisés Ferreira, disse não ser verdade que a Câmara tem 40 milhões de euros no banco, a prazo, comentando que era muito bom que assim fosse. Realçou que, inclusivamente, a Câmara está com muita necessidade na aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do Município do ano 2019 para, assim, poder incorporar o saldo que transita, uma vez que não tinha verba para algumas das obras que pretende fazer. Disse achar que essa permanente iliteracia financeira, da parte do BE, é intencional, dando nota que sabe que o BE tem informação privilegiada dentro da Câmara porque há muita informação que, claramente, é interna, comentando que, contudo, não tem nenhum problema com isso porque a gestão da Câmara é transparente. Referiu que pode explicar ao informador do BE o que é o saldo da gerência que transita, que lhe pode explicar que nesse saldo estão incluídos os mais de 3 milhões de euros para escola de Fiães, os 6 milhões de euros para a iluminação pública, os 3 ou 4 milhões de euros para a habitação social, os milhões para a repavimentação de 100 km de estradas, frisando ser nessas obras que se perspectivam fazer que estão os 40 milhões de euros. Reafirmou que era bom que a Câmara tivesse tal quantia disponível, comentando que, mesmo que a tivesse, com certeza não seria para a distribuir à tripa forra porque o dinheiro é de todos, é dos impostos de todos, acrescentando que começa a ser aborrecido e quase insultuoso estar permanente a ouvir tal falsidade. -----

Relativamente à crítica de que não há verbas para apoio aos idosos, para as rendas sociais e para outras questões de âmbito social, disse já ter informado, nesta sessão, aquilo que foi aprovado a esse respeito em sede da Área Metropolitana do Porto. Disse que todos perceberão e concordarão que os apoios para enfrentar as dificuldades que se avizinham devem ser destinados a quem tem, efetivamente, redução de rendimentos, recordando que quem beneficia do Rendimento Social de Inserção, quem é pensionista, quem é funcionário público, não tem diminuição de rendimento. Realçou que caso se isentasse tais pessoas do pagamento das suas obrigações, sejam elas rendas sociais ou outras, se estaria a aumentar o rendimento dessas pessoas e, ao mesmo tempo, a retirar recursos ao Estado que poderiam chegar às pessoas que realmente precisam, sublinhando que é preciso ter muito cuidado nestas matérias.



Referiu que a ajuda deve ser canalizada para quem precisa, ressaltando que a classe que vai precisar de mais ajuda é a classe média, é a pessoa que abriu um pequeno café, é a pessoa que comprou um tuk-tuk para o seu negócio turístico, é a pessoa que abriu um ginásio, é a pessoa que trabalha na área da cultura, que fazia espetáculos itinerantes, fazendo sobressair que algumas dessas pessoas são do concelho de Santa Maria da Feira e que, agora, têm zero de rendimento.-----

Salientou que é muito bonito dizer, de braço no ar e de maneira muito pomposa, que as empresas não podem despedir ninguém, questionando o que podem as empresas fazer se não fazem negócio, se não vendem, se não recebem.-----

De seguida, o Sr. Presidente da Câmara passou a aludir à intervenção feita pelo membro Daniel Gomes, dizendo que o mesmo mostrou dominar os números, principalmente na parte inicial da intervenção, e que até referiu um aspeto que se tinha esquecido, designadamente da queda de 1 milhão e 500 mil euros da receita do IMI. Recordou que a Câmara diminuiu, em 2018, a taxa de IMI e que isso se repercutiu nas contas de 2019, ressaltando que, apesar da Câmara ter menos essa verba ao dispor, tal medida lhe pareceu, na altura, adequada. -----

Sobre a questão do apoio às coletividades, disse que a Câmara faz esse apoio em permanência, salientando que, como já teve oportunidade de mencionar, a Câmara também está a lançar, no setor cultural, o Programa de Apoio à Cultura, com a novidade deste também incluir uma vertente para apoios pontuais. -----

Em relação à questão das dívidas à Câmara referentes às rendas de habitação social e na área do saneamento e resíduos sólidos, fez notar que se tratam de processos normais de execução fiscal e que essas situações têm sempre alguma delicadeza porque, muitas vezes, é preciso verificar exatamente o que se passa. Disse que nem sempre quem não paga a renda é quem não pode, ressaltando que a equipa da divisão social da Câmara é muito boa e que tem de ser muito firme porque há pessoas que, mesmo tendo dinheiro para pagar, a última coisa que pensam é pagar a renda, comentando que há pessoas que são mesmo assim, que foram habituadas a pensar que quem lhes tem de pagar a renda é o resto da sociedade. Referiu que considera que, quem puder pagar a renda, deve pagá-la, que é da opinião que as pessoas devem cumprir as suas obrigações e darem o seu contributo para a sociedade, mas que existe esta dificuldade, mesmo em termos de execução fiscal.-----

Sobre as hortas comunitárias disse que existem algumas em funcionamento, ressaltando que



[Handwritten signature]

também não existem muitos terrenos disponíveis para o efeito, porque muitos são privados, dizendo julgar que, hoje em dia, até há uma grande disponibilidade dos proprietários desses terrenos para, caso alguém os queira cultivar, o possa fazer de borla. Salientou que algumas Juntas de Freguesia têm alguns projetos desse tipo, como as de Mozelos e de Lourosa, e que, pelo que sabe, funcionam bem. -----

Referiu, quanto à questão da dívida da Câmara, que considera que o membro Daniel Gomes esteve muito mal nesse aspeto, fazendo sobressair que a Sra. Vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, Helena Portela, é uma pessoa proveniente da banca e que domina os negócios com a banca, dando nota que o Município tem taxas de juro na casa dos 0,5% a 1%, e que é quase impossível ter melhores taxas do que essas. -----

Em relação à questão dos acessos às zonas industriais referiu já ter dado essa explicação. -----

Relativamente à cobertura da rede de saneamento na freguesia de Sanguedo, informou que vai ser lançado o concurso para fazer algumas pequenas empreitadas, ressaltando que, contudo, tal cobertura nunca será total porque, como já explicou muitas vezes, cerca de 10% do território concelhio ficará sem cobertura devido a questões técnicas e, também, financeiras. Disse que o caso do saneamento é mais difícil do que o da água porque, no caso da água, ela é elevada e, depois, desce para as casas através da gravidade, enquanto, no caso do saneamento, existem casas que ficam em pontos muito baixos, de difícil acesso, ou até mesmo casas isoladas em ruas sem saída, e que, para levar até elas a rede de saneamento, seria preciso instalar sistemas de bombagem que são muito caros e de manutenção muito dispendiosa.-----

Referiu ser precisamente por causa dessa questão dos recursos que a Câmara defende, cada vez mais, a concentração da habitação e não a grande expansão no que respeita à ocupação de território por habitação. Salientou que o que acontece é que a pessoa que fez uma casa longe das infraestruturas, por exemplo a dois quilómetros, reclama que tem o mesmo direito do que as outras que compraram um lote numa urbanização, e efetivamente tem-no, mas esquece-se que quem comprou numa urbanização pagou mais caro porque a urbanização já tinha todas as infraestruturas. Salientou que, portanto, tais injustiças são sempre necessárias ver com relatividade. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse querer dar um agradecimento ao membro José Manuel Leão pelas palavras amáveis que fez ao Executivo Permanente, ressaltando que, de facto, está feliz por ter uma equipa competente ao seu lado, e que os



Handwritten signature and initials

resultados disso estão à vista. Sublinhou que o Concelho está com uma dinâmica notável, mas que também é certo que a situação de emergência sanitária vai prejudicar muito essa dinâmica, levando a que alguns negócios venham a ter dificuldades para se reabilitarem, mas que espera que volte a vir ao de cima a capacidade dos feirenses para se adaptarem e superarem todas as adversidades. -----

Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia* informou que, de seguida, haveria lugar a uma segunda ronda de intervenções para os partidos que ainda não tivessem esgotado o seu tempo e, após isso, daria a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara* para este encerrar o debate. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer, sobre a situação do Complexo Desportivo de Sanfins, que também é preciso esclarecer a população porque é que o Clube Desportivo Feirense desistiu do protocolo, ou seja, se foi realmente o Clube Desportivo Feirense que quis desistir ou se a revogação desse protocolo acontece devido ao mesmo não cumprir todos os requisitos legais. -----

Relativamente à questão dos números disse ser verdade que há muitas formas de os contabilizar, e que a metodologia usada acaba por ter influência na posterior análise dos mesmos, mas que o certo é que, através da Pordata, existem números para analisar quando, por outro lado, o *Sr. Presidente da Câmara* nunca apresentou números ou percentagens concretas que atestem as afirmações que faz, designadamente quando diz que se tem criado trabalho qualificado e bem remunerado no Concelho. -----

Disse ser hoje sabido, também, que muito desse trabalho qualificado, desses designers, dessa gente do marketing, são trabalhadores precários porque ou são contratados por empresas de trabalho temporário, ou são estagiários, ou simplesmente têm contratos precários. -----

Concluindo, disse que a precariedade do trabalho está à vista e que se faz notar precisamente em situações de crise, quando se verificam os despedimentos desses trabalhadores, ressaltando que se o trabalho não fosse precário tais despedimentos não poderiam ocorrer. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que disse ter, na sua primeira intervenção, colocado algumas questões a propósito da alteração orçamental que é proposta, tendo questionando se estava previsto haver um reforço substancial das verbas para as medidas e



[Handwritten signature]

programas sociais, para dar resposta à crise que se vai gerar depois da crise sanitária. -----
Referiu que, do seu ponto de vista, a resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu foi cristalina, ou seja, que não vai utilizar os 40 milhões de euros para as respostas sociais, acrescentando que o discurso do Sr. Presidente da Câmara, talvez para se chegar à extrema-direita do Chega, que atira aos mais pobres da sociedade, ou para mimetizar o Ministro das Finanças holandês que acha que, em momentos de crise, devem ser os mais pobres a ser os sacrificados, lhe pareceu, em muitos aspetos, aproximar-se aos discursos de um ou do outro. --
Concluindo disse que, no entendimento do BE, as propostas orçamentais apresentadas vão claramente no sentido errado, principalmente numa altura de crise sanitária como aquela que se está a viver. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP), que questionou à Câmara se tem previsto algum método ou forma para, dentro das suas competências e face ao momento crítico que se atravessa, aliviar e apoiar os pequenos negócios nas dificuldades que vão enfrentar. -----
Sobre a questão do hospital de campanha disse discordar da posição do Sr. Presidente da Câmara porque considera que um hospital de campanha, bem equipado, seria importante para a comunidade e para dar apoio ao Hospital S. Sebastião. Realçou que esse hospital, para além de servir Santa Maria da Feira, serve outros concelhos, abrangendo uma área geográfica com cerca de 350 mil pessoas, pelo que entende que o Sr. Presidente da Câmara se devia bater para se ter um hospital de campanha equipado e pronto a responder à situação de emergência sanitária que se atravessa. -----

Concluindo a sua intervenção referiu, quanto à alegação de que as pessoas que estão a ser tratadas ao Covid-19 têm de ter carinho e algum conforto, que aquilo que essas pessoas precisam é de estar isoladas e de ter bons cuidados de saúde porque, enquanto em convalescença, essas pessoas não vão poder, infelizmente, conviver com ninguém. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que, pelo que se apercebeu, não obteve resposta à questão que colocou sobre a referência do Sr. Presidente da Câmara de que ia aproveitar a aprovação dos documentos de prestação de contas em apreço para, depois, incluir o saldo de gerência na revisão orçamental, e que, dentro dessa revisão orçamental, existiria uma verba de cerca de meio milhão de euros para a proteção civil e para o fundo de



14
Luis Ribeiro

emergência municipal. -----

Disse que, pelo que entende, essa verba estará contemplada na alteração orçamental que vai ser votada nesta sessão, designadamente na parte das transferências correntes da Divisão de Desporto e Juventude, mas que não tem certeza quanto a isso, pelo que não sabe se as associações, os lares de idosos, os centros sociais e paroquiais e, inclusive, as associações de bombeiros do Concelho, vão ver reforçados os apoios que recebem do Município, solicitando ser esclarecido quanto a essa questão. -----

Concluindo a sua intervenção disse, em relação à questão da dívida, entender as palavras do Sr. Presidente da Câmara porque, de facto, a taxa média de juro sobre o pacote da dívida anda na ordem dos 0,5%, realçando que não estava a criticar, mas somente a perguntar se seria possível, ou não, conseguir uma pequena redução adicional, salientando que, sendo possível, era bom para a gestão financeira do Município. -----

Interveio o membro *Rui Ribeiro* (PSD) que começou por dizer que queria tecer alguns comentários em relação à atualidade porque está convicto de que se vai entrar num novo paradigma político, social e económico, realçando que, em primeiro lugar, queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara pela forma muito esclarecedora, apesar de extensa, daquilo que tem sido feito no Concelho, nas últimas semanas, no âmbito da crise sanitária. -----

Referiu que, para aqueles que costumam dizer que o Sr. Presidente da Câmara gosta muito dos holofotes e de aparecer na comunicação social, a Câmara tem feito um trabalho discreto, sereno, tal como a circunstância exige, sem precisar de aparecer todos os dias na comunicação social, dando os parabéns à Câmara Municipal, ao seu Presidente e ao Executivo por esse trabalho. -----

Sobre as intervenções feitas relacionadas com os documentos de prestação de contas de 2019, disse que existem dois tipos de maus alunos, designadamente aqueles que não têm capacidade para aprender e, nesses casos, é preciso desculpá-los, bem como os maus alunos que não querem aprender. Salientou que, infelizmente, esta Assembleia tem maus alunos que não querem aprender, frisando, sobre a afirmação de que existem taxas de execução na ordem dos 40%, que a Câmara tem vindo a explicar, insistentemente, todos os anos, as razões contabilísticas para os números apresentados, acrescentando que os números falam por si. -----

Referiu que quem profere tais afirmações não percebe, ou não quer perceber, o trabalho que é



[Handwritten signature]

feito, não percebe o que é a incorporação do saldo da gerência anterior, ressaltando que era urgente a realização desta sessão da Assembleia porque o Município precisa da aprovação desta para poder incorporar esse saldo, para poder avançar com determinadas pretensões. Frisou que, portanto, não adianta muito estar a ensinar a quem não quer aprender. -----

Em relação ao hospital de campanha que o membro Ângelo Santos disse defender, referiu não perceber essa posição tendo em conta a falta de meios que, neste momento, existe na área da saúde, pelo que não percebe, ao nível do concelho de Santa Maria da Feira, tal exigência. Realçou que a instalação de um hospital de campanha não é solução, acrescentando que, tal como já dito pelo Sr. Presidente da Câmara, pode-se ter o melhor pavilhão, as melhores camas, o melhor equipamento, mas que isso nada adianta caso não se tenha os meios humanos que, cada vez mais, são escassos. -----

Prosseguindo a sua intervenção o membro Rui Ribeiro salientou, sobre a referência que o membro Moisés Ferreira fez ao lay-off e sobre a afirmação de que a Câmara fez um porta estandarte relativamente à empresa Molaflex, que queria recordar que o investimento da Molaflex no Concelho teve um trabalho de trás que teve um autor, e que esse autor se chama Emídio Sousa. Realçou que, contudo, a vitória que representou esse investimento não é de Emídio Sousa, mas sim do Concelho de Santa Maria da Feira, acrescentando que quando se fala do lay-off e dos despedimentos levados a cabo por algumas empresas, isso não traduz uma perda de Emídio Sousa, mas sim do Concelho. Disse ser de lamentar que, nesta altura tão frágil para toda a economia, e para todo o País, existam membros desta Assembleia que ainda não estão sensibilizados com a situação e continuam a fazer aproveitamento político, persistindo nas mesmas críticas. -----

Sobre a intervenção feita pelo membro Daniel Gomes disse que a mesma foi tecnicamente excelente, mas que, subjetivamente, cada partido tem as suas opções, ressaltando que o PS não tem as mesmas opções do PSD, pois se tivesse também faria parte do Executivo Permanente. -----

Em relação à possibilidade de reduzir as taxas de juro da dívida disse que, tal como sublinhado pelo Sr. Presidente da Câmara, o assunto está nas mãos de profissionais, salientando que é preciso que cada um entenda que o trabalho está a ser bem feito e que aquilo que o Concelho precisa é, em grande medida, de investimento. -----

Sobre a questão das hortas comunitárias disse querer recordar ao Daniel Gomes que essa é



Handwritten signature and initials

uma ideia antiga e que tal iniciativa já existe, há largos anos, no Concelho, realçando que, felizmente ou infelizmente, Santa Maria da Feira ainda é um concelho bastante rural pelo que o sucesso das hortas comunitárias continua a ser muito limitado. Mencionou que existem algumas hortas comunitárias no Concelho, que existe uma na freguesia de Mozelos que tem algum sucesso, reconhecendo que outras quase não saíram do papel apesar do empenho do Executivo Permanente. -----

Concluindo a sua intervenção, e ainda a propósito das hortas comunitárias, o membro Rui Ribeiro deu nota que esse projeto já terá, provavelmente, 12 anos, mas que ainda existem muitas pessoas que têm o seu terreno, que têm o seu bocadinho de horta e que, por isso, abdicam desta iniciativa que foi promovida, naquela altura, pelo Município. -----

Usou novamente da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, no seguimento da segunda ronda de intervenções. Em relação à questão colocada pelo membro Filipe Moreira sobre a precariedade no trabalho disse que, naturalmente, existe precariedade, tal como é natural que as empresas usem os instrumentos que têm ao seu dispor. Fez notar que um dos grandes recursos, de qualquer organização, é os seus recursos humanos, fazendo sobressair que o conceito de luta permanente entre o trabalhador e o patrão está claramente a mudar porque, atualmente, as organizações gostam de reter talento, gostam de reter os seus bons colaboradores, acrescentando que esta evolução já existe e que, cada vez mais, será maior. Referiu que, contudo, quando uma organização está em dificuldades de sobrevivência tem, muitas vezes, de tomar medidas duras, tal como acontece na vida de cada pessoa. -----

Em relação à intervenção do Moisés Ferreira disse que o mesmo continua a insistir que a Câmara Municipal tem 40 milhões de euros disponíveis quando, pelo que julga, todos já terão percebido que a Câmara não tem tal verba à disposição, comentando que era bom que tivesse. Fez notar que, para se ter uma ideia do que representa tal valor, o governo destinou 50 milhões de euros para todas as organizações do setor social, para todo o País, salientando que, portanto, seria absolutamente extraordinário caso a Câmara tivesse 40 milhões de euros à disposição. Realçou, ainda, que todos já terão percebido que, pelas regras orçamentais, da contratação pública, da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, a Câmara não tem os 40 milhões de euros à disposição para fazer o que quiser, tanto assim é que precisa da



aprovação das Contas de 2019 para reforçar as rubricas, acrescentando que não é intelectualmente sério insistir nessa afirmação. -----

Sobre a comparação que lhe foi feita com o partido Chega, disse que sempre achou que se há um partido muito radical, de esquerda, populista, que diz tudo e o seu contrário com a mesma vontade, é o Bloco de Esquerda, acrescentando que ainda não teve tempo para ouvir e perceber melhor o que é o Chega. -----

Quanto a ter sido comparado ao Ministro das Finanças holandês, realçou que, nestes momentos, é sempre preciso manter algum distanciamento e perceber o que disse aquele ministro. Referiu ser óbvio que a Europa tem de ser solidária, mas que é muito importante perceber que todos têm as suas razões, ressaltando que se é verdade que os países do sul da Europa têm razão, também têm de perceber as razões dos países do norte europeu e perceber que tais países não são como a China, onde uma pessoa manda e toda a gente obedece, que são países democráticos, com eleições e com separação de poderes, pelo que é preciso respeitar esses países porque a democracia envolve esse respeito, comentando que não respeitar a democracia é populismo. -----

Em relação à questão do hospital de campanha, de que falou novamente o membro Ângelo Santos, disse já ter explicado qual a estratégia municipal para combater a pandemia de Covid-19, ressaltando que essa estratégia foi desenhada por profissionais e que concorda com ela. Disse que o hospital de campanha serve, muitas vezes, para que as pessoas se sintam confortáveis porque têm essa retaguarda, mas que não tem a utilidade prática que se gostaria que tivesse, acrescentando que podia dizer que o Europarque é esse hospital de campanha, mas que o Município está muito mais à frente no que respeita a essa matéria. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara lembrou que as pessoas em causa do que precisam é, muitas das vezes, de cuidados especiais, pelo que aquilo precisam é de uma unidade de retaguarda de cuidados continuados, de um lar de internamento, e não de um hospital de campanha. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

3 – *Documentos de Prestação de Contas do Município do ano 2019* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 34, IND: 1), 15



12
Eduardo

votos contra (PS: 11, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1) e 4 abstenções (PS – Manuel de Almeida, Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município do ano de 2019 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

O membro **Sérgio Cirino** (PS) fez a seguinte declaração de voto: -----

“O Partido Socialista votou contra porque, apesar da iluminada e grande e incomensurável inteligência do PSD, a democracia importa opiniões diferentes e visões diferentes das coisas, e opções diferentes de vida. E ainda bem que assim sucede, que há opiniões diferentes e que podemos ter visões diferentes do mesmo assunto. -----

Mas, pegando na maior simplicidade do mundo, quanto ao investimento, quando nós temos 100 de investimento para fazer e fazemos 40, em qualquer escola o aluno terá nota negativa. Nós votamos contra porque defendemos valores diferentes, opções diferentes e uma opção diferente para o nosso Concelho.” -----

4 – Alteração Orçamental Modificativa -----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita-----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa -----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI-----

- 1.ª alteração orçamental modificativa ao Plano de Atividades Municipal – PAM;-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 34, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade), 2 votos contra (BE) e 14 abstenções (PS: 12, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a alteração orçamental modificativa em epígrafe – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida.-----

O membro **Moisés Ferreira** (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou contra estas propostas de alteração ao Orçamento por uma razão muito simples. Coincidiu que estas propostas de alteração ao Orçamento para 2020 fossem feitas e debatidas num momento de emergência de saúde pública e quando se avizinha, também, um momento de emergência social e, por isso, parecia-nos que este era o momento



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

ideal, também, para que a verba que transitou de 2019 para 2020 fosse utilizada para reforço de programas sociais, para reforço da resposta social.-----

Foi isso que propusemos, aliás, também no Período de Antes da Ordem do Dia, foi isso que propusemos no debate deste ponto, não foi esse o acolhimento da Câmara Municipal que, aliás, deixou muito claro que não há qualquer tipo de apoio para desempregados, para pessoas com RSI, para pessoas mais vulneráveis, que não há nenhum tipo de preocupação para com rendas de bairros sociais, etc., portanto, tudo ao contrário daquilo que deve ser feito.-----

E, por isso, o Bloco de Esquerda optou por votar contra porque, efetivamente, esta revisão precisava de ser muito diferente daquilo que é a intenção da Câmara Municipal.”-----

5 – *Alteração ao Mapa de Pessoal 2020* -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 34, IND: 1, PS: 3 – Rui Alves Rios, Valdemar Silva e Francisco Andrade) e 16 abstenções (PS: 12, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1), aprovar a alteração ao mapa de pessoal 2020 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

6 – *Relatório de Gestão e Contas de 2019 da Feira Viva, Cultura e Desporto E.M. (para conhecimento)*-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 30 de março de 2020 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que, relativamente ao Relatório em apreço, existe uma coisa que o deixa constrangido, comentando ser uma situação que ou está bem na Câmara Municipal ou está bem na empresa municipal Feira Viva, pois não podem estar bem nos dois lados porque são diametralmente opostas. -----

Salientou que, antes de mais, queria dar os parabéns à equipa de Natação Adaptada pelos grandes resultados que vai apresentando e pelo trabalho meritório que vai realizando, que deixa todos os feirenses orgulhosos. -----



Posto isto, disse ser preciso analisar os resultados de modo muito sério, dando nota que a Feira Viva está a apresentar uma fatura para a qual os eleitos do PS já vinham avisando, por anos consecutivos, e que se prende com a falta de um plano de investimento sério e credível, por parte da Câmara Municipal, nos equipamentos que estão à disposição da empresa municipal, comentando que esse investimento falta sempre e nunca é feito. -----

Realçou que, mais uma vez, faltou a melhoria dos acessos ao Parque Ornitológico de Lourosa, faltou a resolução do problema do pagamento de rendas excessivas por vários pavilhões que a Feira Viva tem arrendados e para o qual poderia haver soluções no município, reforçando que as Contas do Município e da Feira Viva são diametralmente opostas. Disse que a Feira Viva aumentou o pagamento de rendas e alugueres de 366 mil euros para 512 mil euros, comentando que talvez o Sr. Presidente da Câmara esteja a gastar na Feira Viva o que não consegue gastar na Câmara Municipal. Salientou, sobre essa questão, que se o Sr. Presidente da Câmara tiver algum constrangimento na própria Câmara Municipal, o Partido Socialista está disponível para o ajudar a ultrapassar tal constrangimento, acrescentando que, pelos vistos, na Feira Viva, não existe o constrangimento de gastar para além do orçamento e do dinheiro que tem. -----

Disse que o passivo da conta corrente da Feira Viva aumentou 360 mil euros quando devia estar a reduzir, e que o passivo passou de 1 milhão e 600 mil euros para 2 milhões de euros, acrescentando que a empresa municipal apresentou, em 2019, um resultado negativo de cerca de 177 mil euros, levando a Câmara a ter de cobrir tais prejuízos através da transferência para a Feira Viva de uma quantia a rondar os 203 mil euros. Salientou que, somando-se o subsídio à exploração com a cobertura dos prejuízos, está-se perante o maior subsídio municipal a conceder à Feira Viva dos últimos 10 anos, num montante de quase 2 milhões de euros, frisando que tal situação não pode ser esquecida. -----

Prosseguindo a sua intervenção disse querer deixar um alerta, salientando que é certo que existem alguns eventos de referência realizados na sede do Concelho, como a Viagem Medieval e o Perlim, mas que quase mais nada se realiza nas restantes freguesias. -----

Disse que o número de visitantes da Viagem Medieval tem vindo a reduzir há dois anos consecutivos e que, comparando com o número de visitantes de há três anos, há uma diferença negativa a rondar os 50 mil visitantes, significando uma redução de perto de 10%, fazendo notar que tal redução não se justifica apenas com a questão das condições climatéricas.



Questionou, nessa medida, se não faltará uma infraestruturas que possa acolher mais pessoas, bem como se o evento não estará a ser realizado de uma pior forma.-----

Realçou que situação similar acontece em relação ao Perlim, comentando que, em 2019, esse evento esteve aberto ao público por mais dias, mas que, apesar disso, a receita diminuiu, reforçando que a explicação não se pode limitar ao facto de ter chovido em alguns dias até porque é preciso contar com a questão temporal neste tipo de eventos. -----

Fez notar que também não são apresentados os custos e as receitas da Viagem Medieval, fazendo sobressair que o fornecimento dessa informação melhoraria a questão da transparência. -----

Referiu ter de dizer, com alguma tristeza e mágoa, que os resultados da empresa municipal tendo em conta que 2019 foi um ano de crescimento económico, não são maus, mas sim péssimos, ressaltando que, comparando-se tais resultados com os tão alardeados resultados da Câmara Municipal, então que, no entendimento do grupo municipal do PS, os resultados da Feira Viva são mesmo incompreensíveis. -----

Disse que o Conselho de Administração da Feira Viva é constituído, em parte, por elementos da Câmara, pelo que considera que havia a obrigação de fazer um bom trabalho nas duas entidades, comentando não conseguir entender essa diferença. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse considerar que o Conselho de Administração da Feira Viva tem de tirar as devidas ilações quanto ao que pretende e, se não fizer mudanças com alguma prudência e com o sentido de equilíbrio, põe até em perigo a justificação para a existência da empresa municipal. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos, começando por dizer que o membro Sérgio Cirino fez afirmações que, obviamente, não são verdade. -----

Referiu que a empresa municipal Feira Viva apresentou, em 2019, um resultado líquido negativo que vai ser coberto pelo Município, através da transferência de uma verba a rondar os 203 mil euros, mas que entende que há uma desonestidade intelectual nas críticas que são feitas à empresa municipal porque, como é sabido, no período em que decorreu a Viagem Medieval houve 2 dias de chuva, o que, num total de 12 dias, causou um impacto significativo, acrescentando que também no período em que se realizou o Perlim houve 3



semanas chuvosas, mas que, mesmo assim, esse evento recebeu 109 mil visitas.-----
Realçou que, tratando-se de eventos realizados ao ar livre, apresentam a contingência das condições climáticas, mas que, apesar disso, o Município decidiu, e no seu entender bem, arriscar na realização desses eventos através da sua empresa municipal.-----
Salientou que a Feira Viva é bem gerida e presta um serviço notável à comunidade, dizendo achar curioso que quando as coisas funcionam bem são feitos elogios à empresa municipal e aos funcionários da mesma, mas quando ocorre algum sinal de que as coisas podem não correr tão bem, já é o Conselho de Administração da Feira Viva que é mau.-----
Deu nota que o Município tem, por exemplo, um parque ornitológico que funciona e que, todos os anos, apresenta um prejuízo significativo, mas que o Município quer manter, que tem uma equipa de Natação Adaptada que, todos os anos, não tem retorno financeiro face ao investimento que nela é feito, mas que o Município quer manter, tal como tem piscinas municipais em que os preços cobrados não dão para cobrir os custos, mas que o Município as quer manter. Realçou ser esta a política social praticada no Município que, por vezes, não é entendida pelas pessoas, levando a que essas, depois, profiram determinadas afirmações.-----
Salientou que quando o Município mete 1 ou 2 milhões de euros na Feira Viva é para que esta cobre preços mais baratos, é precisamente para permitir que o maior número possível de pessoas possa usufruir dos equipamentos, é precisamente para permitir que as crianças, entre as quais aquelas que são portadoras de deficiência, possam praticar desporto, fazendo sobressair que esta é a verdadeira política social. -----
Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que, contudo, as pessoas são livres de dizer o que quiserem, comentando que mesmo que não tenham razão fica-lhes sempre bem dizer o contrário daquilo que diz o Executivo Permanente. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2019 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.-----

7 – Associação de Turismo do Porto e Norte-----

- Autorização prévia para a assunção de compromisso plurianual-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a



palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 30 de março de 2020 – enviada, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Verificando que nenhum dos deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), dar a autorização prévia para a assunção do compromisso plurianual no valor de 3.000,00 € por ano, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

8 – Programa de Apoio à Cultura -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, de seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou o assunto, a que se refere a deliberação camarária de 30 de março de 2020 e restante documentação que a acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que disse querer saudar a vereação da Cultura por ter dado a conhecer o programa aos partidos da oposição, bem como por lhes ter pedido a opinião relativamente ao mesmo, salientando que isso é sempre de saudar. -----

Referiu que a CDU concorda com a generalidade do que está no documento e considera que foram feitos muitos avanços, mas que tem algumas dúvidas relativamente à questão que foi levantada na reunião da Câmara, sobre a comparticipação máxima de 50% nos apoios a conceder. -----

Concluindo, disse que a CDU teme que essa percentagem máxima possa inviabilizar a que algumas associações possam desempenhar algumas das atividades que queiram fazer, e que só por essa razão se iria abster na votação desta matéria. -----

Interveio o membro *Ângelo Santos* (CDS-PP) que disse querer dar nota da evolução dos instrumentos culturais que tem havido no Município bem como do excelente trabalho que tem sido realizado em prol das atividades culturais, pedindo para que se continue a sinalizar as



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

situações que precisem ser melhoradas para, no futuro, serem corrigidas. -----

A deputada municipal *Salomé Ventura* (BE) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Sobre este ponto gostaríamos de deixar algumas notas, e a primeira tem que ver com o facto de, no passado, termos defendido que o apoio não deveria ficar restrito ao financiamento de atividades pontuais e que deveria ser uma linha de financiamento à programação anual. Isso parece estar agora previsto, o que é um avanço.-----

No entanto, a proposta levanta-nos algumas reservas. Por exemplo, e como já foi referido pelo Filipe Moreira, a questão do financiamento de apenas 50% parece ser manifestamente insuficiente porque existem boas ideias no nosso Concelho, é um facto, mas consideramos que os artistas, muitos deles, não conseguem suportar sequer 50% dos custos. Portanto, no nosso entender, esta forma de financiamento deve ser repensada e a mesma deve ser mais flexível. -----

E parece-nos também que se trata de um programa excessivamente técnico e burocrático que, na sua generalidade, não reconhece as dinâmicas de produção artística e cultural e que cria uma espécie de linha que deve guiar toda e qualquer produção e, deste modo, consideramos que limita fortemente a maioria dos agentes culturais do Concelho. -----

Por estas razões, iremos abster-nos neste ponto.” – Fim de citação. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer que o grupo municipal do PS destaca a evolução positiva que houve do Regulamento do Programa de Apoio a Projetos Culturais (PAPC) para o Regulamento do Programa de Apoio à Cultura (PAC) que está em discussão, comentando que tal evolução vem na senda daquilo que os vereadores do PS têm defendido nas reuniões da Câmara Municipal. -----

Salientou que, contudo, o grupo municipal do PS também entende que o Regulamento ainda fica aquém, realçando que nele não consta os critérios de avaliação das candidaturas e era importante que os mesmos fossem claros, transparentes e do conhecimento de toda a gente, bem como subscreve a crítica relativa à comparticipação máxima de 50% porque, devido a isso, pode haver bons projetos que não consigam ver a luz do dia.-----

Referiu que, assim sendo, o grupo municipal do PS entende que o Regulamento ainda não



Handwritten signature and initials

está completamente adaptado à opinião do tecido cultural do Concelho e até poderá ser indutor da atribuição de apoios apenas a um certo nicho da Cultura, e não à generalidade. ----- Disse ser da opinião que também deveria haver, no Regulamento em questão, um fator de promoção da dispersão territorial dos apoios, ou seja, um mecanismo que ajude a que cada freguesia tenha os seus projetos culturais aprovados, comentando não ser por uma freguesia ser mais pequena ou por não ter um tecido associativo tão dinâmico que não precisa de ver apoiadas as suas associações culturais. ----- Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino deu nota que o grupo municipal do PS, pelas razões que mencionou, se iria abster na votação deste ponto. -----

A deputada municipal *Ana Lamas* (PSD) fez a intervenção que, seguidamente, se passa a citar: -----

“A Cultura deverá fazer parte da estratégia de desenvolvimento económico, de forma integrada e sustentável, do território, tendo de importante aliar o tradicional com o contemporâneo, congregando pessoas, lugares, ideias, de forma a enriquecer a nossa história, abrilhantar o nosso presente e o nosso futuro. -----

A elaboração do Programa de Apoio à Cultura pretende alinhar a política cultural, criar conexões entre os mais diversos agentes culturais de forma a poder apoiar todo o ecossistema cultural, maximizando e aumentando as medidas de apoio e dotando desde o artista independente à associação cultural. -----

Este Programa apresenta três princípios norteadores, desde o expandir o acesso, fomentar oportunidades e criar conexões, permitindo assim o desenvolvimento integral humano e o desenvolvimento sustentado do território, congregando o passado com o presente e o futuro. -- Este Programa revela-nos que o mesmo se pauta pela preocupação em manter presentes princípios como a igualdade, a transparência, a responsabilização, a sustentabilidade, a criatividade, a abrangência social, entre outros. -----

Assim, este Regulamento define este Programa, prevendo anualmente a abertura de candidaturas, o qual contemplará a informação com o montante global de apoio financeiro a atribuir pelo Município, os critérios de avaliação das candidaturas, a composição do júri, entre tantas outras informações que estavam a comentar que não estava bem patente no Regulamento. -----



4
[Handwritten signature]

Assim, e de forma a terminar esta intervenção, importa ressaltar que este Programa de Apoio à Cultura permite criar uma abrangência no acesso, estimular oportunidades aos mais diversos agentes culturais e criar várias ligações entre todos os munícipes e toda a nossa história.” – Fim de citação. -----

De seguida usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, *Gil Ferreira*, para dar os devidos esclarecimentos. O Sr. Vereador Gil Ferreira começou por dizer, em relação ao Programa em apreço, que, numa altura em se fala tanto de fazer viver a democracia e de não se suspender a democracia, principalmente por parte de todos os que exercem funções públicas, chega à conclusão que nem todos leem a documentação que instrui as propostas. Salientou que o Programa de Apoio à Cultura é transversal e tem como seu principal pressuposto a descentralização, pelo que nunca pode ser apontado pela falta dela, ressaltando que, assim sendo, queria chamar a atenção do membro Sérgio Cirino para o facto de que o principal pressuposto do Programa é, efetivamente, a descentralização, e que isso mesmo é logo enunciado na nota justificativa e no preâmbulo do Programa. -----

Em relação à questão levantada por vários deputados municipais, sobre o apoio máximo de 50%, referiu que esse é, efetivamente, o apoio máximo que a autarquia concede aos projetos culturais, comentando que a crítica feita a esse respeito muito o espanta uma vez que o programa de apoio governamental se situa numa percentagem máxima de 30%. Salientou que esse programa de apoio governamental foi, certamente, apoiado por muitas das forças partidárias com representação nesta Assembleia Municipal, reforçando que, para todo o Portugal, as entidades governamentais consignam 30% na dotação máxima dos apoios, os quais são concedidos através da Direção-Geral das Artes (DGArtes). -----

Disse que, portanto, lhe espanta que seja colocado em causa que o Município atribua um apoio de 50%, ou seja, que metade do valor do investimento do agente cultural seja ressarcido a fundo perdido pela autarquia, para a prossecução da missão de descentralizar o acesso e fomentar o acesso aos bens culturais. -----

Realçou que, no entanto, verifica haver um aspeto construtivo dado que alguns dos partidos optam pela abstenção, no que respeita à votação do Regulamento em questão, e não pelo voto contra, dizendo querer saudar esse facto e agradecer esse voto de confiança. -----



Referiu, em relação à questão dos critérios de avaliação, que, efetivamente, o que o Regulamento determina é a ponderação dos critérios de avaliação, esclarecendo que tais critérios serão, em cada ano, democraticamente aprovados pela Câmara Municipal e divulgados publicamente, por edital, até 30 de setembro.-----

Explicou que o Regulamento prevê um conjunto de ponderação dos critérios que, depois, serão aplicados consoante a necessidade e a realidade do momento, lembrando que os tempos atuais são, mais do que nunca, de imprevisibilidade, pelo que importa ressaltar o caráter imprevisível dos tempos que se vivem. Reforçou que a Câmara Municipal será chamada, anualmente, a aprovar os critérios específicos, o montante global do apoio financeiro a atribuir por área e por medida, as áreas de intervenção prioritárias, bem como outros detalhes de pormenor que não constam do Regulamento para tornar o processo mais ágil e para que a resposta possa ser dada de uma forma efetiva.-----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Vereador Gil Ferreira agradeceu às forças partidárias com representação nesta Assembleia Municipal, nomeadamente ao PS, ao CDS-PP e à CDU, dando nota que, ainda antes do regulamento em questão ter sido submetido a consulta pública, convidou todas as forças partidárias para uma reunião onde fez a apresentação do Programa, tendo as três forças que enumerou estado presentes na mesma e dado os seus contributos. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (PSD: 34, CDS-PP: 1, IND: 1, PS: 1 – Francisco Andrade) e 17 abstenções (PS: 14, BE: 2, CDU: 1), aprovar o Regulamento do Programa de Apoio à Cultura – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

9 – Relatório de Atividades de 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento) -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela Sr.^a Presidente da Comissão em referência – registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 3.104, em 9 de março de 2020 – enviado, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal, fazendo notar que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento. -----



[Handwritten signature]

O membro *Sérgio Cirino* (PS) pediu a palavra, dizendo apenas querer deixar o seu reconhecimento a todos os elementos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira pelo trabalho abnegado que têm desempenhado, e pelo funcionamento da referida Comissão. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia deu por terminado o presente ponto, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório em referência. -----

10 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense-----

- Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27-09-2019-----

Protocolo entre o Município e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo-----

- Autorização da Assembleia Municipal-----

11 – Protocolo entre o Município e a Junta de Freguesia de Romariz-----

- Autorização da Assembleia Municipal-----

12 – Plano de Urbanização de Picalhos-----

- Aprovação da versão final da alteração ao Regulamento-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os mesmos seriam discutidos conjuntamente e submetidos à votação em separado. De seguida, passou a palavra ao *Sr. Presidente da Câmara*, o qual explanou os assuntos, a que se referem as deliberações camarárias de 30 de março de 2020 e restante documentação que as acompanha – documentos enviados, oportunamente, aos membros desta Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *Sérgio Cirino* (PS) que começou por dizer, em relação ao ponto n.º 10, relativo ao protocolo a celebrar entre o Município e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira Travanca, Sanfins e Espargo, que o grupo municipal do PS já havia votado favoravelmente a versão anterior do protocolo, na sessão de 27 de setembro de 2019, comentando que, com isto, queria dizer ao PSD que, às vezes, é preciso ver para além dos documentos e que o grupo municipal do PS fez isso.-----



Handwritten signature and initials

Referiu, sobre a primeira versão do protocolo, que o grupo municipal do PS sabia que poderia haver uma concessão que não seria permitida, mas, apesar disso, votou favoravelmente esse ponto porque levou em conta a tamanha necessidade da reabilitação do Complexo Desportivo de Sanfins, face ao estado de degradação em que o mesmo se encontra, tendo, por isso, ultrapassando o que estava nos documentos porque considerou que o material era muito mais importante que o formal. -----

Salientou que o grupo municipal do PS não pode deixar de estar de acordo com a recuperação daquele espaço, mas que voltava a reiterar a sugestão de que deve ser a Câmara, em conjunto com a Junta de Freguesia, a fazer o regulamento de utilização do equipamento. Disse que, uma vez que a Câmara vai gastar o dinheiro na reabilitação do equipamento e tendo em conta que a Junta de Freguesia é a dona do mesmo, devem ser essas entidades que devem promover a realização do regulamento, e não qualquer outro parceiro privado que venha a entrar, mais tarde, na gestão do equipamento. Salientou que, neste caso, deve ser mantida a tradição de que quem paga manda, ressaltando que a Câmara deve acautelar essa situação porque, caso contrário, pode vir a ter dissabores no futuro. Reforçou que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente esta matéria. -----

Em relação ao protocolo a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Romariz deu nota que o grupo municipal do PS não podia estar mais de acordo, e que até ficou surpreendido por o Concelho ainda ter uma freguesia que não tem um parque infantil. -----

Disse que, no âmbito desta matéria, queria fazer uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara porque, por vezes, ouve o Sr. Presidente da Câmara a dizer que não é competência da Câmara prestar tais apoios, e, depois, ouve o Sr. Presidente da Câmara a dizer que a Câmara vai apoiar uma junta de freguesia porque aquela freguesia não tem nenhum parque infantil. Referiu que, por isso, queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se a Câmara vai tratar todas as juntas de freguesia da mesma forma, concedendo a todas similar apoio, comentando que o parque infantil ou faz sempre falta ou, então, nunca faz falta. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Sérgio Cirino disse que convém haver critérios que envolvam todas as freguesias do Concelho, fazendo notar que, de qualquer maneira, o grupo municipal do PS iria, evidentemente, votar favoravelmente este assunto. -----

Interveio o membro *Carlos Seixas* (PSD) que começou por dar nota que o grupo municipal do



PSD iria, naturalmente, votar a favor os três pontos em questão.-----

Relativamente ao protocolo a que se refere o ponto n.º 10, disse que a pista de atletismo de Sanfins será claramente, como já dito várias vezes nesta Assembleia, uma mais-valia para o Concelho porque este não tem nenhuma pista de atletismo com 400 metros e 8 corredores, acrescentando que não só será uma mais-valia para o Concelho como para todo o distrito de Aveiro.-----

Referiu ser evidente que tem de haver esta parceria entre o Município e a Junta de Freguesia porque a Junta não tem, por si só, capacidade nem meios para a elaboração e execução do projeto, acrescentando, quanto à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino sobre a utilização pública equitativa do espaço, que essa matéria vai ser tratada numa fase posterior, aquando da elaboração do regulamento, o qual deverá procurar satisfazer o interesse de todas as entidades do Concelho.-----

Deu ainda nota, sobre a questão da revogação do protocolo em que o Clube Desportivo Feirense é uma das partes, que tal revogação acontece porque essa entidade entendeu se colocar de fora, e não por qualquer aspeto legal.-----

Disse também querer relembrar que, tal como já mencionado pelo Sr. Presidente da Câmara noutras ocasiões, o Concelho já tem uma pista de atletismo municipal, localizada em Lourosa, a qual, com a instalação de balneários e sendo coberta, também poderá realizar provas internacionais, apesar de não poder vir a ter, por limitação de espaço, as valências que a pista de atletismo de Sanfins permitirá ter e que são muito importantes.-----

Prosseguindo, salientou não poder deixar de mencionar que, na sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de setembro de 2019, em que se aprovou o protocolo com as três entidades que, hoje, se está a revogar, o Bloco de Esquerda levantou, mais uma vez, suspeitas infundadas em relação à Câmara Municipal. Disse que, nessa medida, iria aludir a uma afirmação feita pelo deputado do Bloco de Esquerda nessa sessão, a qual passou a citar: “Este, infelizmente, é mais um exemplo de uma política errada, que continua a entregar a gestão de bens que devem ser públicos e devem ser geridos pelos órgãos autárquicos, porque existe capacidade para isso, mas continuamos a entregar aquilo que devia ser de todos, no nosso entender, a entidades externas. Portanto, causa-nos uma enorme estranheza que este continue a ser o modus operandi deste Executivo.” – Fim de citação.-----

O membro Carlos Seixas disse, a propósito dessa afirmação, que o modus operandi que tanta



estranheza causa ao Bloco de Esquerda era tão nefasto para o Concelho que a própria entidade externa em causa acabou por recuar e não avançou com o protocolo, provando-se assim, mais uma vez, que o Executivo Permanente tem como preocupação a defesa do erário público e dos interesses dos feirenses. -----

Concluindo a sua intervenção o membro Carlos Seixas fez notar, relativamente ao parque infantil a construir em Romariz, que, tratando-se o mesmo de uma mais-valia para as crianças, o grupo municipal do PSD o iria votar favoravelmente, assim como os pequenos ajustes a fazer ao regulamento do Plano de Urbanização de Picalhos. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, em relação à questão colocada pelo membro Sérgio Cirino sobre os critérios para apoiar as juntas de freguesia, que a Câmara não tem, de facto, nenhuma regulamentação a esse respeito. -----

Disse ser a primeira vez que a Junta de Freguesia de Romariz pediu apoio para a construção do parque infantil, comentando, a esse propósito, que muitas vezes o que acontece é que não há disponibilidade de um espaço interessante para se fazer um parque infantil, e que não vale a pena construir um equipamento desses num espaço desinteressante. -----

Fez notar que o território tem muitos equipamentos do género, alguns dos quais se encontram encerrados, realçando que alguns dos parques infantis e polidesportivos foram construídos há 20 ou 30 anos, aquando da construção da habitação social, e que muitos até foram construídos pelas juntas de freguesia, mas, depois, foram encerrados devido à pouca utilização que tinham e aos custos de manutenção. -----

Concluindo a sua intervenção o Sr. Presidente da Câmara disse que aquilo que a Câmara vai sempre tentar fazer é providenciar para que os equipamentos que estejam em condições para funcionar, funcionem bem, tendo sempre a preocupação com a segurança que os mesmos apresentam. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

10 – Protocolo entre o Município, a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, e o Clube Desportivo Feirense -----

- Revogação da deliberação da Assembleia Municipal de 27-09-2019-----



Protocolo entre o Município e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo-----

- Autorização da Assembleia Municipal-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), revogar a deliberação da Assembleia Municipal de 27 de setembro de 2019 sobre a mesma matéria e autorizar a celebração do protocolo entre o Município e a União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Só para dizer que o Bloco de Esquerda votou a favor porque, agora, houve uma anulação da anterior deliberação, há agora um protocolo que é entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, portanto, excluindo da gestão deste espaço o Clube Desportivo Feirense, que nós achávamos que era errado. Por isso votamos a favor, agora, esta proposta de protocolo.-----
Aproveito só para agradecer ao deputado Carlos Seixas por ter lembrado a posição do Bloco de Esquerda, porque assim lembra também o quão errada era a primeira proposta da Câmara Municipal e o quão disparatado foi a votação do PSD a favor dessa proposta.” -----

11 – Protocolo entre o Município e a Junta de Freguesia de Romariz-----

- Autorização da Assembleia Municipal-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), autorizar a celebração do Protocolo entre o Município e a Junta de Freguesia de Romariz, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----

12 – Plano de Urbanização de Picalhos-----

- Aprovação da versão final da alteração ao Regulamento-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 54 votos a favor (PSD: 34, PS: 15, BE: 2, CDS-PP: 1, CDU: 1, IND: 1), aprovar a versão final da alteração ao Regulamento do Plano de Urbanização de Picalhos – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –, nos termos da deliberação camarária suprarreferida. -----



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve inscrições para intervir neste Período. -----

De seguida, e após feita a leitura da ata em minuta, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a mesma a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta desta sessão. -----

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas e 30 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou a sessão de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

Andreas Soares Albuquerque

A 1.ª Secretária,

Luísa Ferreira Fernandes Costa

O 2.º Secretário,

Mário José de Almeida